

2003

RELATÓRIO DE GESTÃO



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

RELATÓRIO DE GESTÃO

2003

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

APRESENTAÇÃO	4
1. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA	5
1.1. Competências Legais, Regimentais e Missão Institucional.....	5
1.2. Público-Alvo dos Processos Gerenciais.....	6
1.2.1. Segmentação e Classificação.....	6
1.3. Vinculação com o PPA, Execução dos Programas de Governo e Indicadores Sociais	8
1.4. Plano de Trabalho e Indicadores de Gestão.....	13
1.4.1. Indicadores Socioeconômicos.....	13
1.4.2. Indicadores Financeiros.....	15
1.5. Demonstrativos das Metas Anuais – Programação e Execução.....	20
1.6. Incidência Social – Efetividade.....	31
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	32
2.1. Ocorrências na Programação e Realização dos Recursos	32
2.2. Ocorrências na Programação e Realização das Aplicações	34
3. GESTÃO FINANCEIRA.....	35
3.1. Gestão das Disponibilidades, das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, dos Títulos e Valores Mobiliários e dos Instrumentos Financeiros Derivativos	35
3.2. Gestão dos Recursos Realizáveis	37
3.3. Gestão dos Recursos Exigíveis.....	38
4. GESTÃO PATRIMONIAL.....	40
4.1. Adequação de Perfil e dos Quantitativos.....	41
4.1.1. Equipamentos de Processamento de Dados	41
4.1.2. Demais Equipamentos	41
4.1.3 – Aspectos Contábeis do Patrimônio	42
4.2. Atualização Tecnológica.....	43
5. GESTÃO DE PESSOAS.....	45
5.1. Gastos com Remuneração e Manutenção.....	45
5.2. Ações de Valorização do Servidor.....	45
5.3. Terceirização de Mão-de-obra.....	48
5.4. Ações Disciplinares e Correcionais.....	49
6. GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS.....	51
6.1. Custo e Gastos com Contratações.....	51
6.2. Gestão de Estoques.....	52
6.3. Custo com Convênios e Parcerias.....	53
6.3.1. Convênios e Parcerias.....	53
6.3.2. Fundos Administrados.....	53
7. PROCESSOS DE CONTROLE.....	60
7.1. Processos de Controle Parlamentar	60
7.2. Processos de Controles Internos.....	63
8. CONCLUSÃO.....	65

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento às determinações da INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/ MF No. 02, de 23 de dezembro de 2003, que disciplina a apresentação das informações acerca da gestão, para fins de prestação de contas junto aos órgãos de controle do Poder Público, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. apresenta, neste relatório, uma síntese de suas ações no ano de 2003, com ênfase na execução de programas prioritários do Governo Federal.

O ano de 2003 marcou o início de um novo projeto socioeconômico no País, com o estabelecimento de rumos claros para combate à miséria e à fome, ao lado de ajustes visando garantir a estabilidade social e política e favorecer a retomada do crescimento econômico.

O Banco do Nordeste, como Unidade Executora de Políticas Públicas, também se engajou nesse esforço, direcionando seus projetos e programas de modo a potencializar as ações de banco de fomento, ao mesmo tempo em que consolidava uma nova concepção de desenvolvimento ligada à construção e prática da democracia e da inclusão social.

Os resultados desse trabalho se tornaram evidentes no incremento operacional, em especial nos programas de governo. As contratações no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) mais que quadruplicaram em relação a 2002. O programa de microcrédito CrediAmigo teve expansão de 28%, afirmando-se como o maior programa de microcrédito da América do Sul, e o BNB assegurou a posição de principal parceiro do Governo Federal na implementação das políticas para a agricultura familiar na Região, operacionalizando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Verificou-se também, em 2003, sensível avanço na democratização das relações trabalhistas, destacando-se o restabelecimento do diálogo com as entidades representativas dos funcionários e as negociações que resultaram no acordo coletivo de trabalho 2003-2004 e na solução para o contencioso da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB (Capef).

Ao longo deste relatório, são enfocados os diversos aspectos da gestão do BNB em 2003, não somente no tocante à gestão operacional e finalística, fortemente vinculada ao Programa Plurianual (PPA), do Governo Federal, mas também analisando aspectos ligados à gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoas, de suprimento de bens e serviços e de processos de controle, cotejando-os, sempre que possível, com o desempenho em 2002 e com as metas fixadas para 2003.

Espera-se que as informações aqui apresentadas possibilitem avaliar, quantitativa e qualitativamente, o desempenho do Banco do Nordeste no exercício de 2003, e aferir a efetividade de suas ações, traduzida principalmente na geração de empregos e oportunidades de trabalho, e melhor distribuição da renda e da riqueza na Região.

1. GESTÃO OPERACIONAL/FINALÍSTICA

1.1. Competências Legais, Regimentais e Missão Institucional

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), Banco de Desenvolvimento criado pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, é uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal.

Sua missão institucional é “impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região”. Para tanto, além do aporte de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o BID.

Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em 1.985 municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha), e também o Norte do Espírito Santo.

O Banco está autorizado a realizar operações ativas, passivas e acessórias inerentes a diversas carteiras (comercial, de investimentos e de desenvolvimento e de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de crédito imobiliário), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, bem como garantir créditos concedidos no País e no exterior em benefício de empreendimentos localizados no País.

Compete ao BNB administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), instituído pela Lei Federal Nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, e que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

O Banco do Nordeste é o agente financeiro e administrador da carteira de títulos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) criado pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, reformulado pela Lei 8.167, de 16 de Janeiro de 1991, onde sofreu modificações em função da edição da MP 2.199, de 24/08/2001 (reedição da MP 2058 de 24.08.2000), cujos recursos são aplicados sob a forma de subscrição de ações e de debêntures, conversíveis ou não em ações, de emissão das empresas que tenham sido consideradas aptas para receber incentivos fiscais pela Inventariança Extrajudicial da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Em cumprimento a determinação da própria lei que o criou, o BNB mantém o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), com a atribuição de estudar a economia regional para subsidiar o processo de tomada de decisões do Banco, dos órgãos governamentais e das empresas da Região, de forma a aumentar a efetividade das ações de desenvolvimento.

Mais que um fornecedor de financiamentos, o Banco se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir do Nordeste do Brasil, disponibilizando a seus clientes uma base de conhecimentos técnico-financeiros e mercadológicos sobre o Nordeste e as melhores

oportunidades de investimento na Região, além de prestar serviços de consultoria aos investidores e estimular a competitividade empresarial na Região, por meio de outras iniciativas como a capacitação técnica e gerencial dos empreendedores.

Todo esse arcabouço caracteriza o Banco do Nordeste como importante instrumento do Governo Federal no tocante ao financiamento e promoção do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico e à melhoria da competitividade na Região Nordeste.

1.2. Público-alvo dos Processos Gerenciais

O BNB identifica como cliente preferencial o agente econômico, ou seja, aquele que pratica ou pode vir a praticar atividades produtivas que contribuam para a alavancagem do desenvolvimento da Região Nordeste, impulsionando a geração de emprego, renda, impostos e infra-estrutura.

Suas linhas de financiamento são desenhadas para atender empreendimentos dos mais diversos portes, contemplando todos os setores identificados como vocações e potencialidades econômicas nos diversos espaços compreendidos em sua área básica de atuação, levando em conta sua relevância na estruturação das cadeias produtivas.

1.2.1. Segmentação e Classificação

A segmentação do mercado é feita de acordo com seu porte econômico dos clientes, dado em função do faturamento anual ou da renda mensal. Além dos agentes financeiros, são também clientes os Agentes Institucionais (instituições públicas, organizações não-governamentais e entidades de classe) e Pessoas Físicas.

O quadro a seguir resume a segmentação de mercado adotada pelo Banco:

Macrosssegmento	Segmento	Porte	Critérios/Descrição
Agentes Econômicos	Empresa	Microempresa	Receita operacional bruta igual ou inferior a R\$ 244.000,00
		Pequena Empresa	Receita operacional bruta anual superior a R\$ 244.000,00 e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00
		Média Empresa	Receita operacional bruta anual superior a R\$ 1.200.000,00 e igual ou inferior a R\$ 35.000.000,00
		Grande Empresa	Receita operacional bruta anual superior a R\$ 35.000.000,00
	Associação/ Cooperativa	Associação/Cooperativa	Associações e Cooperativas
	Produtor Rural Pessoa Física	Agricultor Familiar	Incluem-se contemplados pelos programas PRONAF A, B, C e D
		Miniprodutor	Renda agropecuária bruta anual média igual ou inferior a 40.000,00, representando 80% de suas receitas totais
Pequeno Produtor		Renda agropecuária bruta anual média superior a R\$ 40.000,00 e igual ou inferior a 80.000,00, representando 70% de suas receitas totais	

		Médio Produtor	Renda agropecuária bruta anual média superior a R\$ 80.000,00 e igual ou inferior a 500.000,00, representando 60% de suas receitas totais
		Grande Produtor	Renda operacional bruta agropecuária anual média superior a R\$ 500.000,00
	Informal		Empreendedores que atuam no setor informal
Agentes Institucionais	Governamental	Governo Federal	Governo Federal
		Entidades Governamentais	Entidades governamentais do âmbito federal, estadual e municipal
	Não Governamental	Entidades Não-Governamentais	Entidades não-governamentais parceiras do Banco
Pessoas Físicas	Pessoa Física	Pessoa Física	Pessoas Físicas

Para atendimento do seu mercado-alvo, o Banco do Nordeste classifica os clientes em três grupos básicos:

- Mercado Principal;
- Mercado Complementar;
- Clientes Parceiros e Vinculados.

O Mercado Principal é composto por agentes financeiros praticantes de atividades econômicas priorizadas pelo Banco. Fruto de estudos feitos pelo ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, essa priorização é atualizada permanentemente, em interação com as comunidades nos Estados e Municípios onde o Banco atua, levando em conta as vocações, as potencialidades e a infra-estrutura do local, bem como os planos e programas existentes em nível federal e estadual.

O Mercado Complementar caracteriza-se por ser, em sua maioria, composto por agentes superavitários em recursos financeiros, com os quais o Banco procura realizar negócios de captação, visando obter receitas e *fundings*.

O grupo de Clientes Parceiros e Vinculados congrega os clientes que possuem envolvimento com o Banco em seus processos internos e na prestação de seus serviços.

Em dezembro de 2003, o Banco do Nordeste contava com uma base de aproximadamente 957 mil clientes negociais, ou seja, clientes que mantêm relacionamento com o Banco nos negócios de crédito, captação financeira e produtos e serviços bancários.

A base de clientes negociais do Banco é composta principalmente por miniprodutores, microempresas e agricultores familiares. São 494,5 mil clientes (51,7% do total de clientes negociais) atendidos por meio do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; 205,2 mil clientes (21,4% do total) são miniprodutores ou microempresas; e 138,5 mil (14,5% dos clientes negociais) são clientes de microcrédito, atendidos pelo Crediamigo. As grandes e médias empresas representam apenas 0,7% do total de clientes atendidos pelo Banco.

Dentre os canais de atendimento que aproximam o Banco do seu público-alvo, especialmente nas áreas rurais ou de difícil acesso, destacam-se: Agência Itinerante, que consiste no deslocamento de equipes do Banco às localidades onde não existem agências fixas, com o objetivo de dar maior agilidade ao atendimento e trazer maior comodidade aos agentes produtivos; e a Central de Orientação ao Cliente - Cliente Consulta, que oferece aos clientes

atuais e potenciais informações atualizadas sobre os ramos de negócios do Banco, prestando um atendimento remoto e personalizado, com acesso gratuito por telefone, internet ou fax.

Em 2003, foram realizados 22.972 eventos de Agência Itinerante do BNB, com atendimentos que vão da simples prestação de informações sobre produtos e serviços até a contratação de operações.

1.3. Vinculações com o PPA, Execução dos Programas de Governo e Indicadores Sociais

Empossada em fevereiro de 2003, a atual Diretoria do BNB realizou, nos primeiros meses da gestão, reuniões em todos os Estados da sua área básica de atuação, promovendo discussões e levantamento de dados para definir as principais questões que necessitavam de uma ação urgente do Banco. Esse trabalho subsidiou a elaboração, em caráter emergencial, do Programa Estratégico do BNB 2003, reunindo um conjunto de diretrizes e metas de curto prazo voltados para explicitar o foco da direção da Instituição.

As diretrizes e metas têm por embasamento o conceito de desenvolvimento adotado pelo BNB – segundo o qual desenvolvimento implica não só crescimento econômico, mas progresso geral da sociedade organizada – e a integração com as políticas governamentais, com destaque para o Programa de Segurança Alimentar – Fome Zero, principalmente visando à inclusão social por meio de ações ligadas a microcrédito e financiamento da agricultura familiar.

Também foram levados em conta os objetivos e prioridades anunciados pelo Governo Federal como diretrizes para o Programa Plurianual (PPA) 2004-2007, especialmente no que toca a iniciativas que visam à retomada do crescimento econômico do País, como o estímulo à parceria público-privada (PPP).

A despeito dos novos direcionamentos, o Banco deu continuidade às ações vinculadas ao Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, no que concerne à operacionalização dos seguintes programas de governo:

1. **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)** - Destinado a apoiar projetos produtivos com vistas ao desenvolvimento sustentável da Região (o qual é objeto de Relatório de Gestão específico);
2. **Programa de Microcrédito CREDIAMIGO** - Maior programa de microcrédito da América do Sul, o CrediAmigo do Banco do Nordeste é responsável por mais da metade dos clientes ativos em microfinanças do País e concentra 75% dos empréstimos caracterizados como microcrédito no Nordeste, constituindo forte instrumento de redução das desigualdades sociais da Região;
3. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF** - Fornece crédito rural em condições favorecidas para custeio e investimento da produção familiar, inclusive apoiando atividades não-agrícolas geradoras de renda e projetos produtivos das áreas de reforma agrária; e
4. **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE** - Voltado para fortalecer a infra-estrutura turística regional por meio da construção de aeroportos, recuperação do patrimônio artístico, histórico e cultural, construção de rodovias e melhoria dos serviços de saneamento básico e da infra-estrutura urbana.
5. **Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR** – Benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974, para apoio financeiro às empresas sediadas na área de atuação da Extinta Superintendência do

Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (o qual é objeto de Relatório de Gestão específico). Por força da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 (reedição da MP nº 2.146-1, de 04 de maio de 2001), o FINOR foi extinto não havendo, pois, admissão de novos projetos.

Existem ainda os seguintes programas especiais operacionalizados pelo BNB, voltados exclusivamente para pequenos e microempreendedores, beneficiando contingentes populacionais à margem do sistema produtivo: Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, Programa de Promoção de Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste – PROTRABALHO, Projeto-Piloto de Apoio à Reforma Agrária - CÉDULA DA TERRA, Programa de Reordenação Fundiária - BANCO DA TERRA e Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.

A seguir, uma síntese das realizações dos principais programas operacionalizados pelo BNB em 2003:

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

As contratações do BNB no âmbito do FNE somaram R\$ 1.019,2 milhões em 2003, montante que representa mais de 4 vezes o valor aplicado em 2002 (R\$ 254,4 milhões), a despeito de ter ficado aquém da meta de R\$ 1.562 milhões do Programa Estratégico de 2003, meta essa fixada com base nos negócios prospectados e em negociação nas agências do Banco.

Com a expansão do atendimento a empreendimentos de médio e grande porte o valor médio das contratações do FNE passou de R\$ 10,1 mil, em 2002, para R\$ 40,9 mil, em 2003.

Programa de Microcrédito CrediAmigo

Em 2003, o CrediAmigo registrou média diária de 1,6 mil operações contratadas e ultrapassou a marca de R\$ 1 bilhão em valores contratados nos cinco anos de existência do Programa. As contratações de 2003 somaram R\$ 368,2 milhões, o que representa expansão de 28% em relação a 2002.

Lançado com o desafio de capitalizar aqueles que empreendem pequenos negócios, como ambulantes, feirantes, borracheiros e costureiras, o CrediAmigo está presente em 1.172 municípios da área de atuação do BNB, com 138,5 mil clientes ativos (83,6% da meta estabelecida), dos quais 75 mil conquistados em 2003. O saldo de aplicações do CrediAmigo cresceu de R\$ 72,0 milhões em 2002 para R\$ 91,3 milhões em 2003, representando o alcance de 92,8% da meta estabelecida, que previa expansão de 36,7% em relação a 2002.

Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR

Os recursos ingressados em 2003, decorrentes de opções para os Incentivos Fiscais do FINOR, importaram em R\$ 190 milhões, cujo repasse ao FINOR pela Secretaria do Tesouro Nacional ocorreu em 31.12.03. Não houve, portanto, no decorrer do ano de 2003 disponibilidades para autorização de liberação de recursos pela Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDENE. Foram efetuadas subscrições de recursos no montante de R\$ 14,7 milhões correspondentes a ordens de liberação emitidas em 2002.

No período sob análise, o FINOR realizou 10 (dez) Leilões da Carteira de Títulos, ocasião em que foram negociadas 993,2 milhões de ações emitidas por 76 empresas, envolvendo recursos da ordem de R\$ 125,5 milhões. Para aquisição dessas ações, foram utilizadas 13.521,3

milhões de cotas que representam 9,65% sobre o total de cotas em circulação registradas no encerramento do exercício (140.099,9 milhões).

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Banco do Nordeste é o principal parceiro do Governo Federal na implementação das políticas para a agricultura familiar na Região, operacionalizando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) desde a sua criação, em 1996. Esse programa é hoje um dos principais instrumentos de contribuição do Banco do Nordeste para o Programa Fome Zero, não só por seu caráter social, mas também como política de desenvolvimento econômico.

O Pronaf adota diferentes modalidades operacionais, em função dos diferentes grupos de agricultores familiares:

- O Pronaf - Grupo A financia projetos produtivos das áreas de reforma agrária;
- No PRONAF Grupo B são atendidos os produtores rurais de baixa renda sem acesso aos recursos do crédito rural;
- O PRONAF Grupo A/C é destinado a apoiar as atividades financeiras dos agricultores familiares egressos do Grupo A ou do extinto PROCERA/Programa da Terra, mediante a concessão de uma única operação de custeio agropecuário;
- No PRONAF Grupo C e Grupo D são atendidos os agricultores egressos do Grupo A e demais produtores rurais enquadrados como agricultores familiares.

Além dos citados grupos, existem no âmbito do Pronaf, algumas modalidades de financiamento, a saber:

1. **Pronaf Agregar** - concebido para apoiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, objetivando a agregação de renda à atividade rural;
2. **Pronaf Integrado Coletivo** - destinado a financiar a implantação, recuperação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e de serviços agropecuários e não-agropecuários, objetivando integrar os diversos sistemas produtivos da unidade familiar, atendendo a associações e cooperativas constituídas por agricultores familiares;
3. **PRONAF Florestal** - visa dar suporte à agricultura familiar mediante o financiamento de investimentos em projetos de silvicultura e sistemas agro-florestais; e
4. **PRONAF Semi-Árido** - objetiva oferecer apoio creditício aos agricultores familiares localizados na área semi-árida onde o BNB atua, com recursos destinados à construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação, dessalinização da água e investimentos produtivos.

Por meio do Pronaf, o BNB atendeu 180,9 mil famílias em 2003, financiando R\$ 319,4 milhões, com prioridade para os agricultores familiares de renda anual não superior a R\$ 2 mil (grupo B), dando-lhes oportunidade de desenvolver suas atividades e, assim, permanecerem no campo, reduzindo o êxodo rural e os problemas sociais decorrentes.

Os valores financiados representam 62% da meta estabelecida pelo Banco para o programa. O principal fator responsável pelo não atingimento da meta foi o elevado nível de endividamento

dos produtores, atenuado a partir do segundo semestre, com o processo de renegociação de dívidas baseado na Lei 10.696.

Para facilitar a concessão de créditos do Pronaf foram adotadas em 2003 medidas relacionadas com a simplificação dos processos de cadastro e elaboração das propostas e projetos de financiamento, e a dispensa de garantia e de comprovação dos bens adquiridos nas operações de até R\$ 1.000,00 para agricultores familiares com renda até R\$ 2.000,00.

O processo de desburocratização do Pronaf é uma das estratégias previstas pelo Plano Safra para Agricultura Familiar 2003/2004, lançado em novembro de 2003, e que prevê a disponibilização de R\$ 1 bilhão em recursos para os Estados do Nordeste, representando um acréscimo de 116% em relação ao valor de 2003.

Ressalte-se que, em 2003, o Banco financiou no Pronaf Grupo B 150.847 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 134,6 milhões, utilizando recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Esse desempenho supera em cerca de 92% a meta de aplicação para o ano de 2003 acordada anteriormente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi de R\$ 70,0 milhões, e representa um incremento de 58% no volume dos recursos aplicados se comparado com o exercício anterior.

Com propósito de nivelar clientes e parceiros institucionais envolvidos com a operacionalização do PRONAF B, o Banco efetivou, dentre outras, as seguintes ações:

- Realização na Região do “Dia da Agricultura Familiar”, com a finalidade de divulgar o Programa, facilitar a emissão de documentos (CPF, carteira de identidade, certidão de nascimento) e agilizar as contratações dos financiamentos;
- Distribuição de cartilhas aos agricultores familiares, informando sobre como ter acesso ao crédito.

A partir da experiência do Banco do Nordeste, o Governo Federal, através do MDA, deverá estender, em 2004, a operacionalização do PRONAF B às demais regiões do País, inserindo como agentes financeiros o Banco do Brasil e o BASA.

As tabelas a seguir registram os números totais do PRONAF, de 1996 a 2003, e os financiamentos de 2003 discriminados por Grupo e Unidade da Federação.

TABELA I
PRONAF
Grupo A, Grupo B, Grupo C, Grupo D, Agregar e Integrado Coletivo
Operações Contratadas - Evolução Anual (1996-2003)

Ano	Quantidade de Operações	Valor (R\$ mil)	Número de Famílias *	Número de Beneficiários
1996	21.382	75.052,0	8.848	26.544
1997	29.784	166.404,6	27.120	81.360
1998	156.343	671.324,9	146.239	438.717
1999	77.250	325.167,7	64.356	180.190
2000	148.176	383.896,3	139.153	417.459
2001	146.935	217.960,7	145.217	435.651
2002	196.897	207.203,2	195.909	587.727
2003**	180.941	319.415,4	139.748	419.244
TOTAL	957.708	2.366.424,8	700.944	2.089.954

Fonte: Ativo Operacional / BNB

* O número de famílias e beneficiários não corresponde ao somatório de todos os anos, pois os valores não são acumuláveis;

** Engloba também o Pronaf A/C.

TABELA II
PRONAF
Aplicações Por Grupo/Unidade da Federação em 2003

UF	GRUPO A		GRUPO B		GRUPO C		GRUPO AC		GRUPO D		AGREGAR		TOTAL	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	275	3.464,51	10.110	8.220,95	1.532	2.884,13	-	-	322	1.574,27	2	59,17	12.241	16.203,03
SE	897	8.713,33	10.088	8.870,37	2.900	5.414,65	118	226,93	497	2.779,62	-	-	14.500	26.004,90
BA	2657	26.171,63	21785	19.662,46	2224	7.405,36	14	25,20	899	7.626,87	0	-	27579	60.891,52
ES	14	192,97	116	114,99	3	12,54	0	-	132	1.912,09	0	-	265	2.222,59
MG	168	1.619,53	17491	16.492,46	546	1.345,61	31	76,45	304	2.015,54	0	-	18540	21.549,59
CE	1314	13.377,16	19316	16.859,53	2185	3.391,82	19	42,51	344	1.746,45	1	25,00	23179	35.442,48
RN	1899	19.885,18	9887	9.107,38	128	357,40	72	171,25	59	471,27	0	-	12045	29.992,47
MA	1515	18.488,90	12784	11.296,75	3487	5.896,05	156	404,60	411	2.362,77	0	-	18353	38.448,06
PI	1069	13.110,25	14485	12.927,98	728	2.234,55	211	250,17	83	512,96	0	-	16576	29.035,92
PB	509	5.625,11	21800	19.574,31	96	331,29	0	-	87	501,33	0	-	22492	26.032,05
PE	1572	19.110,53	12985	11.472,26	293	1.234,98	103	192,57	218	1.581,43	0	-	15171	33.591,77
TOTAL	11.889	129.749,12	150.847	134.599,44	14.122	30.508,37	724	1.389,67	3.356	23.084,60	3	84,17	180.941	319.415,36

* Em 2003 não foram contratadas operações no âmbito do PRONAF Integrado Coletivo.

Outros Programas Especiais

Dentre os demais programas implementados pelo Banco do Nordeste ressaltamos os seguintes:

- **Proger** (Programa de Geração de Emprego e Renda) - Em 2003, o BNB aplicou no PROGER R\$ 1.084,6 mil, distribuídos em 419 operações, utilizando 39% de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 61% de recursos do FNE. O valor médio dessas operações foi de R\$ 2,59 mil, o que revela a política do Banco de desconcentração do crédito.
- **Protrabalho** (Programa de Promoção de Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste) – Apóia empreendimentos voltados para o fortalecimento da infra-estrutura produtiva, utilizando recursos originários do FAT para atendimento a micro, mini e pequenos empreendedores. O Banco financiou 11 operações no âmbito do Protrabalho em 2003, totalizando R\$ 356,4 mil.
- **Programas de Apoio à Reforma Agrária**, desenvolvidos em parceria com o MDA e outros órgãos federais e estaduais. Até dezembro de 2003, o Banco aplicou na reforma agrária, através de diferentes programas, recursos da ordem de R\$ 1.025.262 mil, correspondendo a 218.790 operações de financiamento, que beneficiaram diretamente 136.915 famílias, envolvendo 550.985 pessoas. Incluem-se aqui as operações do Pronaf A, que financia projetos produtivos das áreas de reforma agrária, com recursos do FNE e da Secretaria do Tesouro Nacional-STN; do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural e dos programas Cédula da Terra e Banco da Terra. Estes dois últimos tiveram suas atividades suspensas em 2003 e deverão ser substituídos por novos programas a partir de 2004.

TABELA III
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS FUNDIÁRIOS
Contratações Acumuladas⁽¹⁾ - Posição:

PROGRAMA	Quantidade de Operações	Valor (R\$ mil)	Número de Famílias	Número de Beneficiários
PROGRAMA DA TERRA ⁽²⁾	147.235	438.104,3	54.490	248.414
PRONAF A	70.281	414.049,7	54.627	163.881
CÉDULA DA TERRA	285	38.602,3	8.760	43.500
BANCO DA TERRA	660	101.749,8	13.002	65.010
CRÉDITO FUNDIÁRIO E COMBATE À POBREZA RURAL	329	32.756,2	6.036	30.180
TOTAL	218.790	1.025.262,3	136.915	550.985

Fonte: Ativo Operacional

¹ Desde o início da operacionalização de cada programa.

² Contratações encerradas em dezembro de 1999.

No conjunto dos Programas Especiais do Governo Federal, o BNB contratou, em 2003, 181,6 mil operações de financiamento, no valor total de R\$ 346.858 mil. Os números acumulados totalizam 1.412.621 operações contratadas, no montante de R\$ 5.331.459 mil, contemplando 1.072.010 famílias e cerca de 3,34 milhões de pessoas beneficiadas.

1.4. Plano de Trabalho e Indicadores de Gestão

1.4.1. Indicadores Socioeconômicos

Em 2003, o Banco do Nordeste contratou R\$ 2,03 bilhões em operações de curto e longo prazo, registrando crescimento de 44,4% em relação a 2002. Somente em financiamentos de longo prazo, contratou 1,27 bilhão, registrando um crescimento de mais de 90% em relação ao ano anterior.

TOTAL DE CONTRATAÇÕES

	Valores em R\$ milhões	
	2002	2003
Operações de Longo Prazo	670,1	1.274,1
Operações de Curto Prazo	738,7	760,1
TOTAL	1.408,8	2.034,2

A maior parte desse crescimento foi capitaneada pelas operações do FNE, com mais de R\$ 1 bilhão em contratações, fruto de estratégia adotada pela nova Diretoria da empresa que permitiu ao FNE retomar lugar de destaque dentre as fontes de recursos utilizadas pelo Banco.

Os financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste no ano de 2003 deverão gerar, quando da maturação dos investimentos projetados, um total de 808.338 mil empregos, dos quais 693.695 na zona rural. A geração de empregos é um dos principais indicadores econômicos resultantes das aplicações de longo prazo do Banco.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR FONTE DE RECURSOS

	Valores em R\$ milhões	
FONTE	2002	2003
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	44,8	25,1
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	51,2	20,7
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	254,4	1.019,2
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	101,6	148,7
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	55,1	16,2
RECIN (Recursos Internos)	392,6	261,7
Programa CrediAmigo (Recursos Internos, FAT e Banco Mundial)	287,4	368,2
Demais fontes	221,7	174,4
TOTAL	1.408,8	2.034,2

Em relação aos volumes aplicados, os pequenos e médios empreendedores absorveram 63,2% dos recursos, enquanto os classificados como grande receberam 36,9% do total.

Dentre os setores da economia nordestina, o industrial foi o que registrou o maior crescimento no montante de recursos contratados, em 2003. Os R\$ 509,3 milhões destinados a indústrias da área de atuação do Banco representam quase três vezes o valor contratado no ano anterior.

O setor rural foi o mais beneficiado com os financiamentos do Banco em 2003, com R\$ 856,0 milhões, o equivalente a 42,1% do valor total contratado. A seguir, o demonstrativo dos valores contratados de cada um dos setores da economia.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR SETOR

Valores em R\$ milhões		
SETOR	2002	2003
RURAL	673,6	856,0
INDUSTRIAL	185,2	509,3
INFRA-ESTRUTURA	55,0	16,2
COMÉRCIO e SERVIÇOS	495,0	652,7
TOTAL	1.408,8	2.034,2

ÁREA COMERCIAL

Após um período marcado pelo contingenciamento, que impôs restrições à expansão do crédito comercial, quando o Banco deixava de potencializar oportunidades de negócios e de geração de receitas, a atual Diretoria, entendendo a dimensão empresarial e a importância de ampliar o apoio creditício aos empreendimentos regionais, tomou a decisão de retomar e impulsionar operações comerciais, demanda recorrente das empresas nordestinas, contribuindo também para o desenvolvimento econômico e social da Região.

Para dar efeito a essa orientação estratégica, deu-se início a revitalização da área mediante um processo de planejamento e estruturação de ações no âmbito operacional, com vistas a promover um alinhamento com as práticas de mercado, especialmente pela revisão e ampliação de seu portfólio de produtos.

Em setembro de 2003, foi criado o Ambiente de Produtos e Serviços Bancários com a responsabilidade básica de prospectar, desenvolver, promover e gerenciar os produtos e serviços bancários como instrumento de complementaridade às estratégias mercadológicas e políticas de desenvolvimento definidas pelo Banco.

No exercício, foram empreendidas diversas ações com o objetivo de retomar as aplicações na carteira de Crédito Comercial, dentre as quais destaca-se a criação dos produtos Crédito Direto ao Consumidor – CDC Conterrâneo-Pessoa Física e Giro Conterrâneo-Pessoa Jurídica. Além desses, foram revistos e alinhados com as práticas atuais de mercado os produtos Cheque Empresa, Conta Empresarial, Cheque Conterrâneo, Desconto de Duplicatas. E encontram-se em desenvolvimento os produtos Antecipação de Crédito a Lojista, Crédito Direto ao Fornecedor, BNB Franquia e Cartão de Crédito Conterrâneo.

RESULTADOS DA CAMPANHA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

Em 2003, um novo direcionamento foi dado à política de recuperação de crédito do Banco do Nordeste, em virtude da morosidade observada no ajuizamento de ações e, sobretudo, ausência de cobrança administrativa e judicial dentro dos prazos previstos.

Nesse sentido, foi criado o Ambiente de Recuperação de Crédito, com a finalidade de melhorar a qualidade do ativo operacional do Banco, promovendo ações efetivas para recuperação de créditos inadimplidos, elaborando e implementando iniciativas que ofereçam soluções corporativas e maior celeridade e eficiência à renegociação desses créditos.

Complementarmente, e visando à efetividade das ações do novo Ambiente, foram criadas cinco Gerências de Recuperação de Crédito em cada uma das Superintendências Regionais, de modo a promover uma atuação direta na negociação das operações em situação de atraso ou prejuízo. O Banco também implementou ações sistemáticas com vistas a prevenir atrasos em

operações, reduzindo a inadimplência e obtendo melhores resultados econômico-financeiros. As ações foram acompanhadas de um monitoramento permanente das medidas adotadas pelas agências para regularização das dívidas dos mutuários.

Para alcance do resultado esperado, o Banco reestruturou sua área jurídica e agilizou o ritual de cobrança judicial de seus créditos. Como resultados, foram regularizadas, no ano de 2003, operações no valor total de R\$ 706,2 milhões.

O exercício foi encerrado com um estoque de aproximadamente 20 mil processos em execução judicial, sob acompanhamento da área jurídica do Banco, referentes a 30 mil operações. Em 2003, foram ajuizadas 6,2 mil ações correspondentes a 8 mil operações.

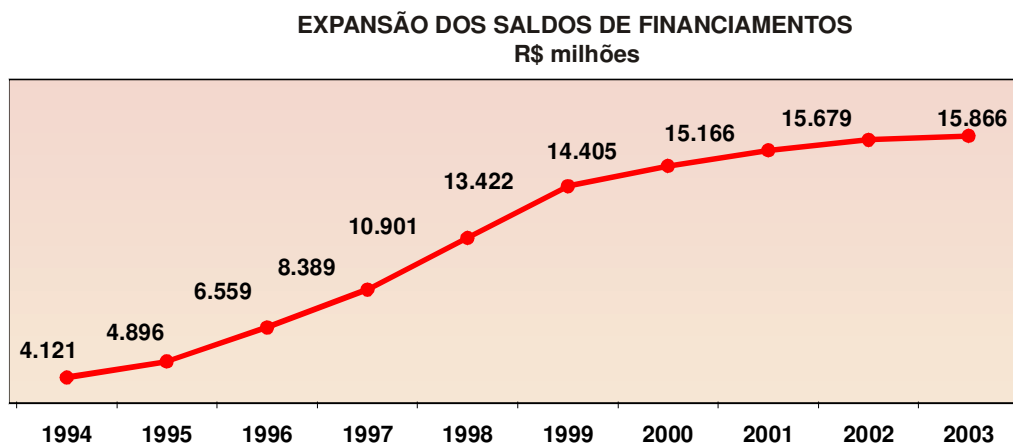
1.4.2. Indicadores de Desempenho Financeiro

Expansão de ativos

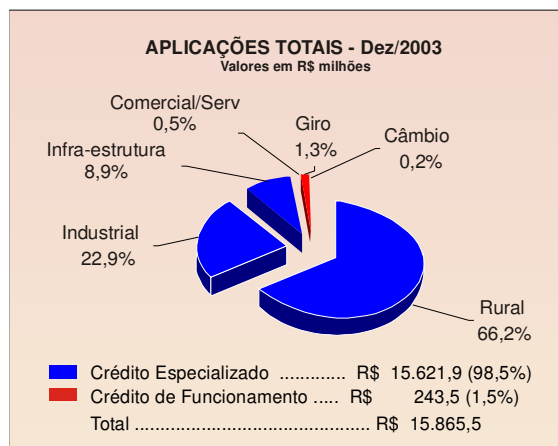
Os ativos globais administrados pelo Banco do Nordeste apresentaram, em 31 de dezembro de 2003, saldos de R\$ 24.347 milhões. Estão incluídos neste montante os ativos totais próprios do Banco (R\$ 12.756 milhões) e ativos do FNE que são gerenciados pelo BNB (R\$ 11.591 milhões). De 31.12.2002 a 31.12.2003, houve uma expansão de 13,8% nos saldos de ativos gerenciados.



As operações de crédito, acrescidas de outras rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio, as operações inadimplidas e os créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens, totalizaram, sem dedução de provisões, em 31.12.2003, R\$ 15.865,5 milhões, representando 65,1% dos ativos totais. Em 31.12.2002, a carteira era 1,2% menor, quando totalizava R\$ 15.679,2 milhões e representava 73,3% dos ativos totais.



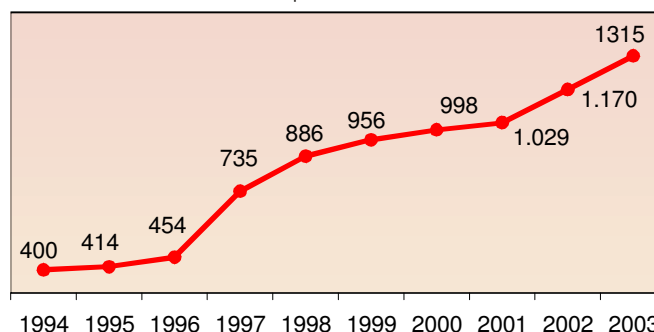
Os setores rural (com R\$ 10.495,1 milhões) e industrial (com R\$ 3.635,5 milhões) respondem por 89,1% dos saldos totais de operações de crédito registrados no ativo. Juntos, esses segmentos representavam 88,0% do total em 31.12.2002. As operações destinadas aos créditos de funcionamento (R\$ 243,5 milhões) correspondiam, em 31.12.2003, a 1,5% do total das aplicações, enquanto em 31.12.2002, 1,9%.



Patrimônio Líquido e Capital Social

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2003, um Patrimônio Líquido de R\$ 1.315,2 milhões, tendo crescido 12,4% em relação a 31.12.2002 (R\$ 1.170,3 milhões). A variação a maior no Patrimônio Líquido é explicada, principalmente, pelo ajuste positivo, a valor de mercado, dos títulos registrados na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", de acordo com a Circular N° 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil.

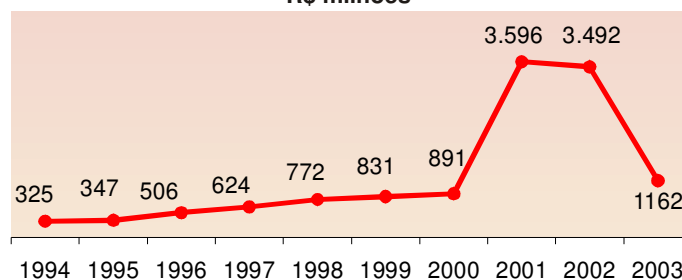
CRESCIMENTO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R\$ milhões



Reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 30 de junho de 2003, os acionistas do Banco do Nordeste deliberaram pela redução do capital social, de R\$ 3.492.249.127,80 para R\$ 1.162.000.000,00, mediante a absorção de parte do saldo da conta Prejuízos Acumulados, no valor de R\$ 2.330.249.127,80. Na ocasião, a Assembléia definiu, por intermédio da alteração do artigo 5º. do Estatuto Social, a divisão do capital social em 870.019.022.574 ações sem valor nominal, sendo 484.847.755.344 ações ordinárias nominativas escriturais, com direito a voto, e 385.171.267.230 ações preferenciais nominativas escriturais, não conversíveis, sem direito a voto. Ao término de 2003, a composição acionária do Banco ficou distribuída de acordo com o quadro a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	465.952.800.540	353.731.907.693	96,10	94,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	14.737.043.790	23.732.649.036	3,04	4,42
BNDES	490.153.432	4.899.854.822	0,10	0,62
Outros (37.467 acionistas)	3.667.757.582	2.806.855.679	0,76	0,74
TOTAL	484.847.755.344	385.171.267.230	100,00	100,00

CRESCIMENTO CAPITAL SOCIAL
R\$ milhões



Lucro

O lucro líquido do exercício de 2003 importou em R\$ 84,7 milhões, valor 47,3% inferior ao apresentado em 2002 (R\$ 160,9 milhões). O lucro líquido por lote de mil ações que, em 31.12.2002, era de R\$ 0,18, passou, em 31.12.2003, a R\$ 0,10.

Os principais fatores que influenciaram o resultado do Banco em 2003 são mostrados a seguir.

As receitas da intermediação financeira foram inferiores às de 2002 em função da queda nas rendas provenientes de operações de crédito que se reduziram em decorrência da variação cambial negativa observada ao longo de 2003;

Porém, em contrapartida, as despesas de variação cambial positiva sobre operações de empréstimos e repasses sofreram reduções maiores que naquelas receitas.

O acréscimo das despesas com remuneração das disponibilidades do FNE foi contrabalançado com o aumento do resultado com títulos e valores mobiliários.

As menores receitas de correção monetária em 2003, em função de uma menor variação do IGP-M no ano e das menores receitas de juros incidentes sobre tais créditos indexados, foram compensadas com menor volume de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Assim, o resultado bruto da intermediação financeira apresentou uma redução em decorrência principalmente da não repetição em 2003 do grande volume de recuperação de créditos baixados do ativo ocorrido em 2002.

Tais recuperações foram resultantes, principalmente, da efetivação de rendas das operações cedidas à União, renegociadas ou roladas com apoio na Lei 9.138 e Res. 2471, e previstas no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme definido pela Medida Provisória N° 2.196-3, de 22.05.2001; e da apropriação de rendas de operações firmadas com agricultores familiares, transferidas para o FNE com base na Lei N° 10.464.

O maior resultado negativo de Outras Receitas/Despesas Operacionais em 2003 influenciou sobremaneira o resultado do Banco em 2003, apesar de as receitas de variação cambial negativa sobre passivos indexados ao dólar norte-americano e à UC-BID, mais do que compensarem as despesas de mesma natureza sobre ativos indexados a tais moedas.

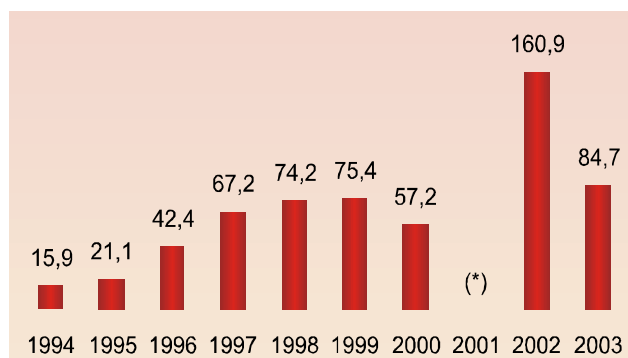
Assim, o que mais contribui para o resultado negativo foi o acréscimo nas provisões ao amparo da Deliberação 371 da CVM, em decorrência do acordo firmado entre o Banco do Nordeste, a CAPEF e seus associados para a solução do passivo contingente em função da grande quantidade de demandas judiciais contra o Banco e a CAPEF. Dessa forma, foi registrada nesta rubrica, em 2003, uma provisão de R\$ 426,0 milhões, contra apenas R\$ 33,5 milhões reconhecidos no balanço de 2002.

Tais fatos contribuíram para que o BNB apresentasse em 2003 um resultado antes da tributação negativo de R\$ 17,8 milhões. O lucro líquido apresentou-se positivo em decorrência, principalmente, da constituição de créditos tributários sobre diferenças temporais de imposto de renda e contribuição social em 2003 da ordem de R\$ 314,8 milhões, contra uma realização de créditos de mesma natureza no valor de R\$ 210,8 milhões neste exercício, o que importou em um resultado positivo de R\$ 104,0 milhões registrado em ativo fiscal diferido. Assim, considerando a provisão para imposto de renda de R\$ 1,5 milhão, o lucro líquido do exercício de 2003 atingiu o montante de R\$ 84,7 milhões.

Do lucro líquido apurado em 2003, serão pagos dividendos no montante de R\$ 20.541 mil.

LUCRO LÍQUIDO

R\$ Milhões



(*) Ao final de 2001, o Banco apresentou resultado negativo de R\$ 2.542,7 milhões. Tal prejuízo foi decorrente, especialmente, do reconhecimento de despesas de provisões como parte do cumprimento do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

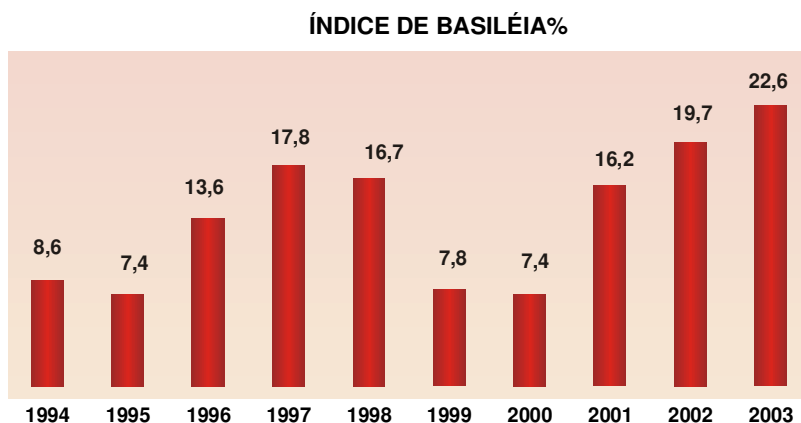
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE, DE ADEQUAÇÃO PATRIMONIAL E DE COMPOSIÇÃO DO ATIVO

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE, DE ADEQUAÇÃO PATRIMONIAL E DE COMPOSIÇÃO DO ATIVO

ITENS	Dez/2003	Dez/ 2002	Dez/ 2001	Dez/ 2000	Dez/ 1999	Dez/ 1998	Dez/ 1997	Dez/ 1996	Dez/ 1995	Dez/ 1994
Depósitos / Empregado (R\$ mil)	285	224	206	268	271	306	254	222	156	99
Ativos / Empregado (R\$ mil)	6.641	5.656	5.238	4.227	3.716	3.036	2.137	1.549	1.070	697
Ativos / Agência (R\$ mil)	139.124	122.234	108.332	93.714	81.852	69.788	53.418	41.893	30.954	21.103
Despesas Administrativas / Ativo (%)	2,2	2,4	2,4	2,7	3,1	3,7	4,3	5,3	6,6	7,9
Índice de Basileia (%)	22,6	19,7	16,4	7,4	7,8	16,7	17,8	13,6	7,4	8,6
Ativo Publicado (R\$ milhões)	24.346,8	21.390,9	18.958,0	16.399,9	14.242,3	12.143,2	9.294,8	7.540,8	5.571,7	4.667,4
Aplicações em Op. de Crédito (R\$ milhões)	15.865,5	15.679,2	15.166,3	14.405,4	13.422,3	10.900,8	8.389,4	6.558,8	4.896,0	4.120,7
Aplicações / Ativo	65,2%	73,3%	80,0%	87,8%	94,2%	89,8%	90,3%	87,0%	87,9%	88,3%
Crédito Especializado (R\$ milhões)	15.621,9	15.389,2	14.376,2	13.450,9	12.199,8	9.813,7	7.420,1	5.736,9	4.170,9	3.539,7
Crédito de Funcionamento (R\$ milhões)	243,5	290,0	790,2	954,5	1.222,5	1.087,1	969,3	821,9	725,1	581,0

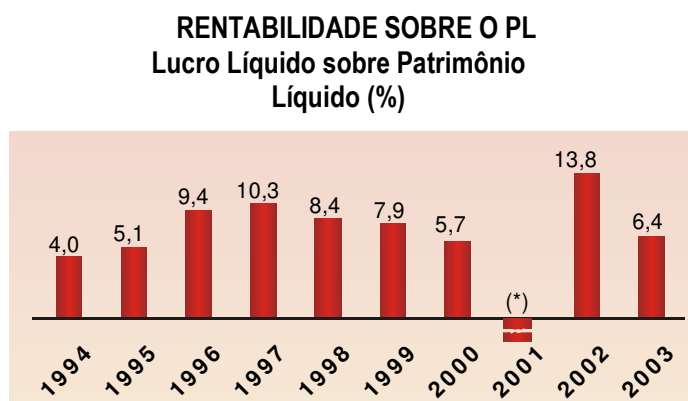
Índices de Alocação de Capital

Em 31.12.2003, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do Banco do Nordeste era de 22,6% (19,7%, em 31.12.2002), enquanto o Patrimônio de Referência (PR) era de R\$ 1.315,2 milhões (R\$ 1.170,3 milhões, em 31.12.2002). A Resolução Nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional, e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil determinam, para 31.12.2003, um limite de 11% para o índice de adequação de capital e, no caso do Banco, um PR mínimo de R\$ 641,5 milhões.



Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Em 31.12.2003, a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido foi de 6,4% a.a.. Esse índice foi de 13,8% a. a., em 31.12.2002.



(*) - A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 2001 não está sendo apresentada em função do resultado negativo apurado ao final daquele ano decorrente, especialmente, do reconhecimento de despesas de provisões como parte do cumprimento do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

Valor Adicionado

O valor adicionado, ou seja, a riqueza líquida gerada pela Empresa durante o exercício social de 2003, foi de R\$ 440,4 milhões.

Do valor adicionado produzido em 2003, 56,9% foram destinados à remuneração da força de trabalho e aos encargos sociais correspondentes. Os cofres públicos foram beneficiários de 21,8%, sob a forma de impostos, taxas e contribuições, enquanto, aos acionistas couberam 4,7%. O restante foi destinado ao pagamento de aluguéis (2,1%) e à retenção de lucros (14,6%).

	R\$ milhões			
	2002	%	2003	%
RECEITAS	2.959,3		2.992,8	
Intermediação Financeira	3.512,0		2.676,2	
Prestações de Serviços	93,8		447,3	
Provisão para Devedores Duvidosos	(458,9)		(236,4)	
Não-operacionais	(187,7)		105,8	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.646,1)		(1.246,4)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(801,8)		(1.292,7)	
Materiais, energia e outros	(773,6)		(629,1)	
Serviços de terceiros	(67,4)		(76,6)	
Perda/Recuperação de valores ativos	39,2		(587,0)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	511,3		453,7	
RETENÇÕES	(12,5)		(13,3)	
Depreciação, amortização e exaustão	(12,5)		(13,3)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	498,8		440,4	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	498,8	100,0%	440,4	100,0%
Pessoal e encargos	237,6	47,6%	250,5	56,9%
Impostos, taxas e contribuições	92,5	18,5%	95,8	21,8%
Aluguéis	7,9	1,6%	9,4	2,1%
Dividendos	-	-	20,5	4,7%
União	-	-	19,3	4,4%
- Outros	-	-	1,2	0,3%
Lucros (Prejuízos) retidos	160,9	32,2%	64,2	14,6%

1.5. Demonstrativo das Metas Anuais - Programa e Execução

PROGRAMA ESTRATÉGICO E PROGRAMA DE AÇÃO

A ação do BNB, pautada pelo alinhamento com as políticas do Governo Federal, seguiu em 2003 o seguinte direcionamento estratégico:

- Aumentar a renda per capita da Região Nordeste;
- Gerar inclusão social e postos de trabalho na Região;
- Reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- Expandir a cidadania;
- Contribuir para a redução da vulnerabilidade externa do País.

A partir dos desafios do Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal, e que se relacionam com os problemas vivenciados pelo Nordeste, foram identificados os seguintes desafios estratégicos do Banco do Nordeste:

- Contribuir para a retomada do crescimento sustentável do Nordeste, ofertando crédito para a ampliação do investimento na Região;
- Favorecer a inclusão social e melhorar a distribuição de renda na Região, buscando atingir um patamar acima da média nacional;
- Contribuir para a redução das disparidades intra e inter-regionais;
- Contribuir para a diminuição da fragilidade externa do País;
- Contribuir para a elevação do nível de emprego na Região, em termos quantitativos e qualitativos;
- Contribuir para a elevação da produtividade regional;
- Contribuir para a sustentabilidade das atividades econômicas no semi-árido.

Observando os desafios relacionados a cada problema estratégico da Região Nordeste, o BNB fixou como diretrizes para sua ação de desenvolvimento, em 2003:

Maior Integração regional

- Apoio às atividades destinadas a fortalecer as cadeias produtivas na Região;
- Fortalecimento ou ampliação da capacidade de setores estratégicos, especialmente aqueles com capacidade instalada no limite;
- Reforço à internalização dos fluxos de renda na Região;
- Ampliação dos instrumentos de apoio aos segmentos industriais, agropecuários e de serviços com potencial exportador, dispensando-se maior atenção aos setores voltados aos produtos de maior valor agregado ou unitário, bem como aos destinados a mercados mais dinâmicos;
- Indução à geração e à difusão de tecnologias apropriadas às peculiaridades e carências da Região, em especial do semi-árido;
- Incentivo à criação de vantagens competitivas nas atividades econômicas desenvolvidas na Região, especialmente para aquelas baseadas em diferencial de produtividade e em inovação;
- Apoio ao fortalecimento da infra-estrutura econômica de suporte às atividades produtivas na Região e à melhoria dos serviços essenciais com ênfase na contribuição para eliminar os gargalos produtivos, logísticos e tecnológicos;
- Promoção do Nordeste como oportunidade de investimento.

Estruturação do Espaço intra-regional

Orientar a execução de políticas de desenvolvimento regionalizadas espacialmente, levando-se em conta especificidades locais;

Observância de critérios econômicos, sociais e ambientais como condicionantes para o financiamento de projetos.

Diferenciação quanto aos perfis de produtores

Estabelecer abordagens de ações de desenvolvimento específicas quanto ao tipo de unidade produtiva, de familiar a empresarial, de informal a formal;

Focar as ações de desenvolvimento sobre: arranjos produtivos prioritários, convivência com o semi-árido, expansão da oferta de alimentos e fortalecimento da agricultura familiar;

Apoio ao desenvolvimento dos setores dinâmicos e emergentes, com ênfase no fortalecimento de sua capacidade de integrar localmente elos da cadeia produtiva, ampliar o emprego, conquistar e manter posição nos mercados.

Inclusão social e econômica

Estabelecimento de linhas de apoio a empreendimentos do setor informal, através de microfinanças, objetivando a promoção, formalização e concepção de novos programas, bem como ampliação e aperfeiçoamento dos programas existentes;

Articulação institucional para o atendimento das necessidades de capacitação e de assistência técnica de empreendedores integrantes de arranjos produtivos ou de operações-programa;

Contribuição para o fortalecimento do empreendedorismo, da cooperação empresarial e da organização social na Região;

Apoio às ações de desenvolvimento local.

Atenção ao nível organizativo da sociedade

Atuar, prioritariamente, onde existem grupos sociais organizados;

Apoiar o desenvolvimento institucional de governos estaduais, prefeituras e organizações da sociedade civil, por meio de estabelecimento de parcerias ou através de programas de financiamento para este fim;

Estimular e possibilitar o acesso ao crédito como política pública.

Eficiência e eficácia das políticas públicas e acesso à informação

- Monitorar e avaliar de forma sistemática e permanente suas ações de desenvolvimento regional;
- Definir indicadores sociais, econômicos e ambientais para medição dos resultados dos seus programas de atuação;
- Produzir e difundir conhecimentos e tecnologias sobre o desenvolvimento da produtividade na Região Nordeste;
- Democratizar o acesso ao conhecimento e à informação gerados pela Instituição;
- Dar visibilidade à sua imagem de agente elaborador, articulador e executor de políticas públicas de desenvolvimento da Região Nordeste no contexto nacional.

METAS PARA 2003

Os resultados programados para 2003 foram os seguintes:

Crédito FNE		
Natureza da Medida	Realizado em 2002	Meta para 2003
Valor Contratado em R\$ Mil	254.436	1.562.875
<ul style="list-style-type: none">A meta foi definida a partir de negócios já prospectados, cujos projetos estão em fase de negociação e/ ou análise.O valor poderá ser elevado em função de potencial/ demanda para financiamentos na área de infra-estrutura pública, que, para atendimento, depende de legalização.		

Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF		
Natureza da Medida	Realizado em 2002	Meta para 2003/2004
Valor Contratado em R\$ Mil – FNE	99.447	350.000
Valor Contrato em R\$ Mil – Outras Fontes	107.756	165.000
Valor Contratado em R\$ Mil – Total	207.203	515.000

Recuperação de Crédito	
Natureza da Medida	Meta para 2003
- Em espécie – Em R\$ Mil	130.000
- Renegociação – Em R\$ Mil	1.180.047
Total - Em R\$ Mil	1.310.047

Captação de Recursos		
Natureza da Medida	Realizado em 2002	Meta para 2003
Saldo Médio em R\$ Mil	645.133	715.501
<ul style="list-style-type: none">A meta refere-se a captação de recursos pela rede de agências através dos seguintes produtos: depósitos à vista, depósitos a prazo, fundos de investimentos, poupança, títulos de capitalização e planos de previdência.		

PROGRAMA DE AÇÃO

O Programa de Ação está inserido no Programa Estratégico e explicita as variáveis, indicadores e metas para 2003. O modelo teve como premissa a simplificação da sistemática visando proporcionar melhor compreensão e assimilação por todos os funcionários e, assim, contribuir para o alcance de melhores resultados.

O Programa de Ação é o instrumento que operacionaliza o Programa Estratégico do Banco, transformando as diretrizes de longo e curto prazo em objetivos e ações operacionais pela rede de unidades.

A elaboração do Programa de Ação destina-se a aumentar a capacidade de pensar, decidir e agir estrategicamente. Os benefícios potenciais do processo são vários, como:

- Gerenciamento e aumento da performance;
- Introdução de inovações e melhorias;
- Melhoria da aprendizagem;
- Melhoria da tomada da decisão;
- Melhoria da integração;
- Fortalecimento dos controles internos;
- Contribuição para os princípios de governança corporativa.

Programa de Ação 2003

Os resultados esperados até 31 de dezembro de 2003 foram definidos no Programa Estratégico 2003 e contemplam as seguintes Metas Corporativas:

VARIÁVEL	META – R\$ Mil
Crédito FNE (1)	1.392.875
Crédito PRONAF (2)	285.000
Recuperação de Crédito (3)	1.090.142
Captação de Recursos (4)	749.430
Gerenciamento Orçamentário	64.167
Receita de Prestação de Serviços	38.859,82

- (1) Valor referente a meta de contratações do FNE constante do PROGRAMA ESTRATÉGICO - R\$ 1.562.875 deduzidos R\$ 170.000 destinados às operações PRONAF com fonte de recursos FNE e que compõe a variável CRÉDITO PRONAF.
- (2) No PROGRAMA ESTRATÉGICO está informada uma meta de R\$ 515 milhões, que se refere ao Plano Safra 2003/2004. Para este ano a meta é de R\$ 285 milhões.
- (3) O valor constante do PROGRAMA ESTRATÉGICO é de R\$ 1.310.047. A meta foi reduzida tendo em vista a exclusão, no primeiro semestre, dos valores dispensados, que não serão computados na variável.
- (4) Consta no PROGRAMA ESTRATÉGICO uma meta de R\$ 715.501. Este valor foi elevado em função do potencial de negócios das Agências Extra-Regionais, bem como pela atualização monetária prevista para o segundo semestre para o saldo já captado.

Avaliação do Programa de Ação:

A avaliação de performance da rede de agências no Programa de Ação dá-se em quatro etapas básicas:

- Definir os padrões de avaliação.
- Medir o desempenho real.
- Comparar o desempenho real com os padrões de avaliação, gerando os indicadores.
- Decidir e agir.

Os padrões de avaliação são os objetivos definidos no Programa de Ação ou os recursos disponíveis.

As medidas do desempenho real são os resultados obtidos através das áreas gestoras de variáveis do Programa de Ação, que fornecem os números necessários à avaliação. São consideradas todas as variáveis do Programa de Ação da Agência e seus respectivos indicadores. As ações são avaliadas apenas no âmbito da Unidade.

A comparação entre o desempenho real e os padrões de avaliação é feita em cada variável com base em indicadores de eficácia, que evidenciam o grau de atingimento de objetivos, sendo expressos, de modo geral, por meio da relação entre resultados e objetivos, ou apenas através dos resultados obtidos.

Cotejando-se os resultados com os objetivos em cada variável do Programa de Ação, pode-se inferir que, de uma maneira global, os resultados alcançados mantiveram-se em estreita consonância com os objetivos propostos, conforme quadro a seguir:

Programa de Ação 2003

EFICÁCIA				
VARIÁVEIS	INDICADOR DE EFICÁCIA	RESULTADO (A)	META (B)	INDICADOR (A)/(B)
Captação de Recursos	Saldo Médio Realizado Ponderado em relação ao Saldo Médio Previsto	616.745,10	749.431,00	0,82
Crédito FNE (1)	Valor Contratado Realizado em relação ao Valor Previsto	864.031,76	1.423.688,27	0,61
Crédito PRONAF (2)	Valor Contratado Realizado em relação ao Valor Previsto	321.468,63	284.996,91	1,13
Gerenciamento Orçamentário	Índice quanto da meta de gerenciamento orçamentário foi alcançado	66.893,39	64.167,75	0,96
Receita Prestação Serviços	Representa o valor arrecadado de tarifas e taxas em relação ao valor previsto	37.084,40	38.859,80	0,95
Recuperação de Crédito	Representa o valor recuperado de operações em atraso em relação ao valor previsto	706.209,63	1.090.142,77	0,65
Seguros	Indica a relação de Operações Seguradas e Seguráveis	378.175,07	1.094.336,41	0,35

(1) Exclui valores contratados no âmbito do PRONAF.

(2) Inclui valores contratados com recursos do FNE.

EFICÁCIA		
VARIÁVEIS	INDICADOR DE EFICÁCIA	RESULTADO
Adimplência	Representa o percentual de reembolsos obtidos ponderados em relação aos reembolsos previstos	44,03
Processos - Auditoria	Nota Obtida	8,14
Processos - Nota da Central de Controle e Serviços	Nota Obtida	8,44
Processos - Cumprimento de Prazos nas Propostas de Crédito	Nota Obtida	8,69

Indicadores de eficácia medidos apenas através dos resultados obtidos

As decisões e ações, que constituem o produto da avaliação da performance, estão relacionadas com melhoria contínua, aprendizagem, remuneração e categorização das unidades. Essas decisões e ações passam a constituir um dos instrumentos de gestão da Agência.

Avaliação do Programa de Ação 2003 - Resultados das Agências

Captação de Recursos

A captação de recursos de curto prazo se dá por intermédio das Agências e da atuação do Banco junto às instituições do mercado financeiro e se destina à utilização em operações de crédito com prazos e taxas que guardem semelhança com a fonte de captação.

No que se refere às captações realizadas pelas Agências Operadoras, foi obtido um saldo médio ponderado de R\$ 616.745,10, o que representou 82% da meta estabelecida. Ao longo do exercício, foi realizado um acompanhamento da demanda por crédito em relação aos recursos disponíveis, tendo sido constatado não ser necessária a adoção de uma política mais agressiva no tocante a elevação das taxas pagas na captação de recursos. Assim, o não atingimento da meta estabelecida para a variável não representou consequências negativas para a realização das operações de crédito que têm como funding esses recursos.

Além disso, dada a excelente condição de liquidez do Banco e o seu acesso a fontes de recursos disponíveis a custos reduzidos, não houve disposição para captação de recursos junto a instituições financeiras de mercado, pois estas também exigem níveis de taxas de juros mais elevados, incompatíveis com essa condição de liquidez.

Crédito FNE

De acordo com os resultados da avaliação de performance do Programa de Ação 2003 para o Crédito FNE, que não inclui agricultura familiar, observa-se que a comparação entre o desempenho real e os padrões de avaliação foi realizada para a variável, com base na Eficácia do Valor Contratado FNE, menos PRONAF, foi de 0,61. Esse indicador foi calculado pela razão entre valores realizados, R\$ 864.031 mil, e valores previstos (meta) de R\$ 1.423.688 mil. Esse desempenho abaixo do previsto pode ser explicado, entre outros motivos, pelos seguintes fatores:

- A economia brasileira teve atuação insatisfatória em 2003, com retração de 0,2% e 1,5% no PIB e PIB *per capita*, respectivamente, em virtude dos juros altos, queda na renda, diminuição do consumo e aumento nas taxas de desemprego;
- Falta de definição das condições de parcerias entre os setores público e privado, bem como a regulamentação dos fundos de investimentos para o setor de infraestrutura, deixando portanto de propiciar as condições favoráveis para o financiamentos de projetos de infra-estrutura;
- Constatação de que alguns empreendimentos tem apresentado certa dificuldade em cumprir com o que determina a legislação ambiental, o que redundou no impedimento de financiamento desses projetos.

O resultado obtido reflete o esforço do Banco em aplicar os recursos do FNE, pois apesar do indicativo (Eficácia) não ser muito expressivo, o valor realizado (R\$ 864.031 mil) é significativo em relação ao ano de 2002 (R\$ 254.436 mil).

Infere-se, além disso, do Programa de Ação 2003, que o Valor do Crédito Especializado, que inclui FNE e outras fontes, foi de R\$ 1.253.268 mil, seguido do Valor Realizado FNE, que inclui PRONAF, com R\$ 1.019.280 mil.

Credito Pronaf - Apoio à Agricultura Familiar

No âmbito da Agricultura Familiar, foi definida para o Programa de Ação & Avaliação de Performance a Variável Crédito PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), visando avaliar a eficácia do Banco na aplicação de recursos desse Programa.

Em 2003, a meta de aplicação do Banco para a Variável Crédito PRONAF era de R\$ 284.996,9 mil, tendo sido aplicados R\$ 319.415,4 mil, apresentando um indicador de eficácia de 1.12, o que significa que a meta foi ultrapassada em 12% no exercício. Comparativamente com o exercício de 2002, o incremento foi da ordem de 63%.

Esse resultado reflete o esforço do Banco que, sintonizado com as ações do Governo Federal, simplificou a sistemática operacional, notadamente do PRONAF Grupo B, principal responsável pelo bom desempenho do Programa.

Gerenciamento Orçamentário

Inserida no Programa de Ação a partir de 2001, esta variável tem permitido a avaliação da eficácia na utilização dos recursos orçamentários e proporcionado uma discussão contínua, nos diversos fóruns internos de gestão, acerca da utilização racional dos recursos disponíveis, considerando a orientação empresarial de otimização dos gastos, evitando-se desperdícios sem restringir negócios que tragam resultados para o Banco e para a Sociedade.

A meta estabelecida para 2003 previu um incremento da ordem de 5,5% em relação aos dispêndios de 2002. Verificou-se uma extrapolação de 4,25% em relação ao objetivo previsto, correspondente a um acréscimo de 10% em relação aos gastos do exercício anterior, sem considerar a desvalorização da moeda. O resultado obtido guarda compatibilidade com a nova dinâmica empresarial que exigiu maiores esforços das unidades operacionais para ampliação dos recursos aplicados, renegociação de dívidas e redução da inadimplência, inclusive com aumento de colaboradores na área de retaguarda. Além disso, impactos nas despesas ocorreram em função de aumentos de custos de serviços, tarifas públicas, suprimentos de informática e aluguéis.

Receita de Prestação de Serviços

Com a estabilização da moeda e a conseqüente perda dos ganhos inflacionários, os bancos que se adequaram à nova realidade da economia procuraram outra fonte de receita na cobrança de tarifas sobre serviços prestados, além das rendas já obtidas com os empréstimos e financiamentos a seus clientes.

Assim, saber cobrar tarifas, evitar preços abusivos, adequar-se às práticas do mercado e prestar serviços com um nível ótimo de qualidade passou a ser sinônimo de competitividade e uma meta sistematicamente perseguida pelo BNB. As tarifas no Banco do Nordeste do Brasil se

encontram em plena conformidade com o disposto nas Resoluções Nº 2.303, de 25.07.1996, e Nº 2.747, de 28.06.2000, do Banco Central do Brasil, bem como com os termos constantes na Resolução Nº 2.878, de 26 de Julho de 2001, o chamado "Código de Defesa do Consumidor Bancário", que disciplinam a cobrança dessas taxas.

A relevância dada à arrecadação de tarifas motivou, a partir de 1998, a inclusão no Programa de Ação da variável Receita de Prestação de Serviços - Tarifas e Taxas, com a definição de metas que obedecem ao potencial mercadológico de cada agência. No ano de 2003, atingiu-se um patamar de 95,4% da meta fixada para tarifas e taxas, contra 81,3% em 2002. No Banco do Nordeste, parcela significativa das receitas de tarifas (em torno de 70%) origina-se da movimentação bancária decorrente da ação creditícia, estando programada para 2004 a expansão do crédito comercial, que irá possibilitar maiores receitas, bem como uma maior diversidade de produtos/ serviços ofertados aos clientes.

Recuperação de Crédito

Objetivando incrementar o volume de recuperação de dívidas em atraso ou em prejuízo, o Ambiente de Recuperação de Crédito implementou diversas medidas e instrumentos que proporcionaram a redução do nível de inadimplência. Dentre as medidas implantadas destacam-se o estabelecimento de metas e o acompanhamento efetivo dos resultados alcançados através da rede de agências.

Como resultado do esforço empreendido, no ano de 2003 foram renegociados R\$ 706,2 milhões, representando 65% da meta estabelecida para o ano de 2003, de R\$ 1.090,142 milhões.

Sobre os resultados obtidos, há de se ressaltar que, nada obstante aos esforços empreendidos, foram vários os entraves que dificultaram o Banco do Nordeste na obtenção de melhores resultados, quais sejam:

- a) Indisponibilidade financeira por parte dos clientes para a efetivação da amortização mínima exigida e/ ou sugerida.
- b) Indisponibilidade de margem para refinanciamento de operações lastreadas com recursos do BNDES.
- c) Falta de flexibilidade quanto ao alongamento no prazo para renegociação de operações amparadas com recursos do FAT, em função do vencimento das tranches.
- d) As medidas legais que concediam prazos e benefícios quanto à renegociação de dívidas, tais como a Resolução 2471/BACEN de 19/02/1998 e a Lei 10.177 de 12/01/2001, tiveram seus prazos expirados em 20/08 e 31/10/2003, respectivamente.
- e) No ano de 2003, os benefícios concedidos pela Resolução 2471/BACEN não mais contemplavam as operações contratadas com recursos do FNE, o que não permitiu o enquadramento de um número elevado de operações, uma vez que o FNE é a principal fonte de financiamento do Banco do Nordeste.
- f) O Banco do Nordeste detém um elevado número de operações irregulares no seu ativo operacional contratadas há mais de 10 anos, e porquanto, a solução para a regularização destas dívidas não acontece em um horizonte de curto prazo.
- g) Dificuldades existentes quanto ao entendimento para o enquadramento na Lei nº 10.696, de 02/07/2003, que contempla a renegociação de operações no âmbito do crédito rural, por parte de todos os atores envolvidos, considerando a sua vasta abrangência e as

diferentes situações possíveis de enquadramento, além da grande complexidade quanto aos recálculos necessários para o enquadramento das operações.

h) Morosidade no processo de recuperação de crédito, via cobrança judicial.

Seguros

A meta de seguros é definida pelo somatório dos valores das operações seguráveis com garantia real e sem garantia real, desde que passível de seguro prestamista.

Os principais motivos que levaram a não realização das metas estipuladas:

- A meta foi estipulada levando em conta, também, o valor das operações passíveis de renegociações. Como grande parte dessas ocorreram com base em leis, muitos dos clientes não reuniam condições financeiras para o fechamento do seguro.
- A meta baseia-se na data de desembolso da primeira parcela de financiamento, enquanto o seguro de alguns itens financiados somente pode ser realizado após a conclusão do empreendimento (ex. construção civil de hotel e moinho), o que muitas vezes demora certo tempo. Sendo assim a realização do seguro somente ocorre em outro exercício.
- A renovação de seguros contratados a bens dados em garantia em anos anteriores normalmente é de difícil renovação e não há como exigir a realização dos mesmos aos clientes.
- Verificou-se a ocorrência de bens dados em garantias não passíveis de seguro (tipo terreno), com valor de mercado desatualizados influenciando negativamente nas metas.

Adimplência

Primando pelo devido retorno dos seus ativos, o Banco adota uma série de medidas visando o retorno dos créditos emprestados dentro dos vencimentos pactuados contratualmente com seus clientes. Dentre outras medidas também de vital relevância, cita-se o acompanhamento permanente das operações, a ação preventiva, tanto no tocante à cobrança tempestiva, quanto na identificação de setores que possam estar em dificuldades.

O acompanhamento das operações quando do vencimento das obrigações, é redobrado e vai desde a emissão de correspondências a visitas aos clientes com o intuito de identificar possíveis dificuldades.

Em vencendo-se alguma parcela, o Banco intensifica este acompanhamento que vai desde a fixação de prazos para a pronta liquidação dos vencimentos pactuados e não cumpridos até a tomada de providências judiciais e extrajudiciais. Todas estas medidas preventivas e de recuperação estão devidamente disciplinadas em norma interna do banco.

O Indicador de Adimplência representa a qualidade nesta gestão do crédito, e é composto pelos seguintes índices, para as operações vincendas e vencidas até 60 dias:

a) Índice de Pontualidade – Reflete o resultado do esforço dos gestores no sentido de obter o efetivo reembolso em “cash” dos valores previstos para o mês de apuração.

b) Índice de Renegociação - Reflete o resultado do esforço dos gestores no sentido de renegociar as operações com reembolso previsto para o mês de apuração, cujos valores deixaram de ser efetivamente recebidos;

c) Índice de Adimplência – É o resultado ponderado dos índices de pontualidade e de renegociação.

Em 2003, a variável adimplência obteve os seguintes resultados: o índice de pontualidade alcançou 34,49%. O índice de Renegociação atingiu 11,92%, representando um indicador de adimplência de 44,03%, abaixo do indicador previsto de 90%.

O baixo desempenho da variável demonstrado no parágrafo anterior deveu-se, dentre outros fatores, a:

- Retração da economia brasileira em 2003;
- Indisponibilidade financeira por parte dos clientes;
- Indisponibilidade de margem para refinanciamento de operações lastreadas com recursos do BNDES;
- Inexistência de flexibilidade quanto à dilatação de prazos nas negociações de operações amparadas com recursos do FAT;
- Custos financeiros elevados na utilização de recursos internos para renegociações;
- Expiração de prazos da concessão dos benefícios da Resolução 2471/BACEN, de 19/02/1998 e da Lei 10.177, de 12/01/2001 em 20/08 e 31/10/2003, respectivamente;
- Proibição em 2003 do enquadramento das operações do FNE nos benefícios da Resolução 2471/BACEN, 19/02/1998.

Processos – Auditoria

O objetivo principal da Auditoria Interna é avaliar a adequação e a eficiência / eficácia dos sistemas de controle e a qualidade das operações realizadas ou em curso, bem como o cumprimento das diretrizes empresariais, incluindo a verificação da aderência às políticas, plano, leis, normas, regulamentos e procedimentos a que se sujeitam as atividades examinadas.

Desde 1999, a avaliação da auditoria integra o Programa de Ação do Banco como uma das variáveis do Planejamento Estratégico da Instituição. A nota é representada numericamente numa escala variável ascendente compreendida entre o mínimo de 4 (quatro) e o máximo 10 (dez). A avaliação, que é feita pela equipe de auditores após o encerramento dos trabalhos, envolve cinco grupamentos: gestão, procedimentos, controles internos e processos das áreas de crédito e administrativa. Todos têm pesos distintos e são apurados pelo Sistema de Execução de Auditorias.

A nota original pode sofrer variações, para mais ou para menos, considerando a tempestividade com que as recomendações são implementadas, mediante a aplicação de fatores que medem o Índice de Regularização das Ocorrências das Auditorias.

O desempenho das agências do Banco, auditadas ao longo do ano de 2003, em termos dos controles internos, tomando-se como referência a nota de auditoria, apresenta o seguinte quadro:

Qualidade dos Controles Internos - Agências Posição 2003		
Avaliação	Qtde.Agências	Percentual
Adequado	40	33,62%
Adequado com Fraquezas	67	56,30%
Inadequado	12	10,08%
TOTAL	119	100,00%

Para efeito de elaboração do quadro acima foi adotado o seguinte critério de pontuação:

- Adequado – unidades para as quais foram atribuídas notas iguais ou superiores a 8;
- Adequado com Fraquezas – para notas inferiores a 8 e superiores a 6;
- Inadequado – para notas inferiores a 6.

Os percentuais apresentados no quadro acima mantêm o mesmo perfil dos anos anteriores.

Processos – Nota da Central de Controle e Serviços

Nada obstante o desempenho satisfatório da nota no exercício de 2003 (8,44), o fato de a mesma ser inferior à do exercício de 2002 (9,26) deve-se, basicamente, ao incremento significativo das ocorrências registradas na conciliação da conta “CAIXA”, relacionadas ao S580 – CrediAmigo e ao S320 – Recursos Logísticos, em contraposição à redução considerável do volume das Transações Não Contabilizadas pelo Sistema de Automação Bancária.

Processo – Cumprimento de Prazos

No ano de 2003, foram deferidas no SINC - Sistema de Administração de Crédito e contratadas 48.856 propostas, sendo 26.732 de Abertura de Crédito e 22.124 de Regularização de Dívidas.

O desempenho do atributo Cumprimento do Prazo do Processo De Crédito no que se relaciona com as propostas de Abertura de Crédito pode ser visto como 77,47% no prazo e 22,53% fora do prazo, correspondendo a 20.708 propostas no prazo e 6.024 fora do prazo. A seguir, a segmentação dos percentuais e quantidades por tipo de proposta:

No que se refere a propostas de Renegociação de Dívidas a situação, foi verificado o seguinte desempenho: 84,90% no prazo e 15,10% fora do prazo, correspondendo a 18.783 propostas no prazo e 3.341 fora do prazo.

1.6. Incidência Social – Efetividade

Para o cálculo dos impactos macroeconômicos dos empréstimos do Banco foi utilizado o Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto para a Região Nordeste (MERIP-NE). Estas repercussões são decorrentes dos empréstimos concedidos com recursos do Banco no ano de 2003, de acordo com a Tabela de Empréstimos e Financiamentos por Setor.

Os valores totais contratados foram R\$ 2.034 milhões. Estima-se que referidos financiamentos acarretarão um acréscimo direto e indireto de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 5 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados.

BNB - 2003
Repercussões Econômicas das Contratações - Nordeste
Valores em R\$ mil correntes

VARIÁVEIS	Resultados por Setor				
	Rural	Indústria	Infra-Estrutura	Comercial	Total
Valor Contratado	856.001,0	509.349,0	16.218,0	652.666,0	2.034.234,0
Valor Bruto da Produção (1)	1.688.548,3	985.973,9	32.806,0	1.326.423,8	5.019.725,8
Valor Agregado (produto) (1)	1.210.533,7	613.639,8	19.728,0	805.133,8	3.262.675,1
Empregos Gerados (1)	874.453	83.351	2.545	107.637	1.067.985

Fonte: BNB - ETENE

Nota: (1) Cálculos realizados com a Matriz Econométrica Regional de Insumo-Produto. Efeitos diretos e indiretos que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2003 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes.

O produto agregado, que é o somatório de todos os bens finais da economia da Região, terá, em 2003, o valor de R\$ 3.262,6 milhões. É estimado que 1.067.985 empregos sejam gerados a partir dos investimentos realizados com os financiamentos, e à medida que os efeitos de compras e vendas sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, isto é, a partir de 2003 e anos seguintes.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

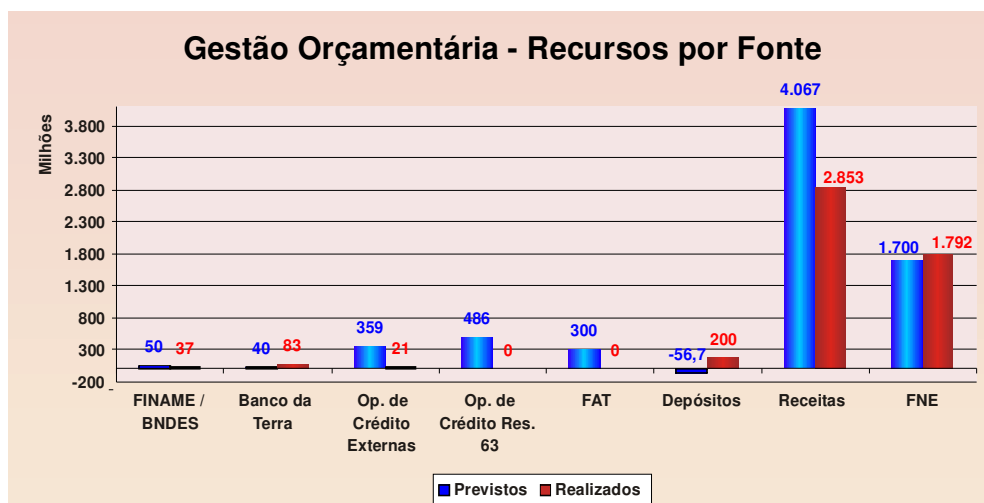
Em conformidade com a legislação vigente, especialmente a relacionada com o plano plurianual e as diretrizes específicas, a programação orçamentária do Banco do Nordeste para o exercício de 2003 contemplou o **Programa de Dispendios Globais - PDG** e o **Orçamento de Investimentos**.

2.1. Ocorrências na Programação e Realização dos Recursos

No que se refere aos recursos, o orçamento do PDG teve uma margem de realização de 71,8%, conforme a tabela e gráfico seguintes.

ORÇAMENTO DE RECURSOS - 2003

Recursos	R\$ milhões		
	Previstos	Realizados	Realização
FINAME / BNDES	50,0	36,6	73,2%
Banco da Terra	40,0	83,4	208,4%
Op. de Crédito Externas	358,8	21,2	5,9%
Op. de Crédito Res. 63	486,0	-	0,0%
FAT	300,0	-	0,0%
Depósitos	(56,8)	200,3	- 353,0%
Receitas	4.067,3	2.853,4	70,2%
FNE	1.700,0	1.791,5	105,4%
Totais	6.945,4	4.986,4	71,8%



A não realização dos valores previstos justifica-se, dentre outros, pelos motivos seguintes:

- a) Os ingressos de recursos advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID referentes ao contrato de financiamento No. 841/OC-BR, para aplicação no Programa Prodetur/NE I, limitaram-se a R\$ 6,2 milhões. Ingressos de novos recursos da espécie somente deverão ocorrer em 2004, condicionados ao ajuste na matriz de financiamento do Programa, que ficou para ser acordado entre o BNB e BID, e à apresentação ao BID de novas comprovações de desembolsos. Também os ingressos de recursos previstos no contrato No. 1392-OC/BR, para financiamento do Prodetur/NE II não se confirmaram em 2003 posto que dependiam de ações para a contratação dos subempréstimos com os Estados integrantes do Programa;
- b) Não se confirmou o ingresso de recursos, nos níveis previstos, para o Programa Crediamigo, provenientes das fontes externas BIRD, BID e DEG-Microcrédito. Isso ocorreu, principalmente, porque se optou por fontes de financiamento a encargos mais baixos;
- c) Recursos externos captáveis por intermédio da Resolução 63 não ingressaram no BNB, posto que dependiam de lançamento de Eurobônus no mercado internacional. Como, em 2003, as condições de prazo e taxas não foram compatíveis com as estratégias de atuação do Banco nas captações em moeda estrangeira, as previsões do PDG não se confirmaram;
- d) O volume de receitas também não se confirmou tendo em vista que foram projetadas levando em conta a potencialidade de recursos a ingressar, que não se confirmou no mesmo nível esperado.

No que diz respeito especificamente às receitas de caráter não operacional (vide quadro a seguir), a administração do Banco preferiu mudar a estratégia e ofertar, para venda, os imóveis de uso próprio desocupados e que, na programação do PDG, compunham a rubrica de receita de aluguéis. Procurou-se, dessa forma, converter imóveis não utilizados nas atividades do Banco em recursos financeiros a serem aplicados nas atividades finalísticas da Instituição.

ORÇAMENTO DE RECURSOS - 2003

Receitas Não Operacionais

R\$ milhões			
Receitas	Previstas	Realizadas	Realização
Aluguéis de Imóveis	380	16	4,2%
Alienação de Bens	1.200	606	50,5%
Demais	3.559	3.647	102,5%
Total	5.139	4.269	83,1%

A programação de alienação de bens se refere aos imóveis e outros bens recebidos em decorrência da execução de garantias dos créditos e, residualmente, a equipamentos inservíveis, que são ofertados por meio de leilões. Em face da realização de apenas 50,5% do previsto, procedeu-se à reavaliação dos bens remanescentes para ofertas em novos leilões.

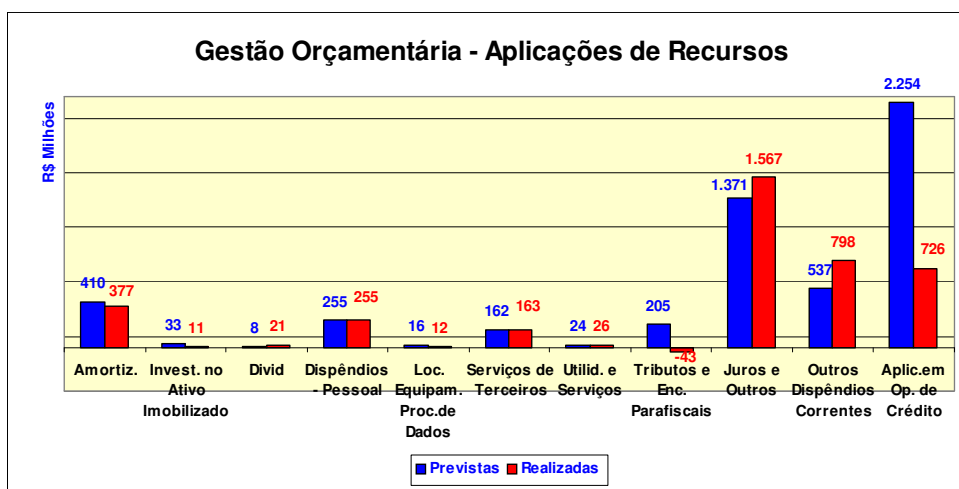
2.2. Ocorrências na Programação e Realização das Aplicações

No que diz respeito às aplicações de recursos, atingiu-se um percentual de realização de 74,2%, conforme se demonstra na tabela e gráfico seguintes.

ORÇAMENTO DE APLICAÇÕES - 2003

R\$ milhões

Aplicações	Previstas	Realizadas	Realização
Amortização de Principal e Correção Monetária/Cambial	410,4	377,3	92,0%
Investimentos no Ativo Imobilizado	32,6	11,2	34,4%
Dividendos	8,1	20,5	253,9%
Dispêndios - pessoal	254,9	255,0	100,0%
Locação de Equipamentos de Processamento de Dados	16,4	12,1	74,2%
Serviços de Terceiros	162,2	162,6	100,3%
Utilidades e Serviços	23,7	25,5	107,9%
Tributos e Encargos Parafiscais	205,0	43,0-	(21,0%)
Juros e Outros	1.371,2	1.567,3	114,3%
Outros Dispêndios Correntes	537,0	798,1	148,6%
Aplicações em Operações de Crédito	2.254,2	726,1	32,2%
Totais	5.275,6	3.912,9	74,2%



O item “Investimentos no Ativo Imobilizado” do PDG corresponde ao **Orçamento de Investimentos** da Instituição, cujos projetos estão demonstrados no quando abaixo.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS - 2003			R\$ milhões
Projeto	Previstos	Realizados	Realização
Modernização de Agências	18,3	5,5	30,3%
Manutenção da Infra - Estrutura de Atendimento	7,8	2,3	29,5%
Manutenção de Bens Imóveis	2,7	1,2	45,3%
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	3,0	1,9	63,8%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	0,8	0,2	26,8%
Total	32,6	11,2	34,4%

As inversões previstas tiveram um percentual de realização de 34,4%. A administração do Banco empossada em fevereiro de 2003 promoveu uma série de mudanças estratégicas e administrativas, dentre as quais se destaca a criação de um novo modelo de atuação das agências. O modelo definido provocou uma redefinição da forma de organização dos ambientes internos e dos equipamentos necessários ao atendimento à clientela. Houve, portanto, a necessidade de suspensão de praticamente todas as intervenções que estavam em curso ou para se iniciar, tendo em vista adaptar os projetos aos novos parâmetros, o que fez com que os percentuais de realização dos projetos fossem reduzidos.

Ainda no que se refere aos “Investimentos em Ativo Imobilizado”, foi necessário remanejar gastos previstos para imóveis de uso próprio para atender à necessidade de realizar reformas em instalações de imóveis alugados, que se revelaram mais urgentes, mas sem alteração do orçamento do grupo.

Os gastos previstos no PDG nos itens “Serviços de Terceiros”, “Utilidades e Serviços” e “Outros Dispendios Correntes” ficaram acima dos previstos em função do aumento de tarifas de energia, água e telefone e dos preços de mercado referentes a aluguel, combustíveis, materiais de expediente e serviços de consultoria e apoio técnico.

3. GESTÃO FINANCEIRA

3.1. Gestão das Disponibilidades, das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, dos Títulos e Valores Mobiliários e dos Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste adota uma política conservadora de aplicação de recursos disponíveis em tesouraria, sendo estes aplicados, preferencialmente, em títulos públicos federais pós-fixados.

Dentre os recursos disponíveis para aplicação – além dos recursos próprios e daqueles captados junto ao público – destacam-se, pelo seu volume, as disponibilidades de recursos do FNE e FAT, enquanto não repassadas aos clientes finais. As disponibilidades do FNE em 31.12.2003 eram da ordem de R\$ 3.383,2 milhões; as do FAT da ordem de R\$ 514,9 milhões.

Em 31.12.2003, a carteira de títulos do Banco do Nordeste compunha-se, quase totalmente, por títulos públicos federais de alta liquidez no mercado secundário. O preço desses títulos varia em função do prazo do vencimento e das condições de mercado à época da negociação, quando esta se dá antes dos vencimentos.

Demonstra-se, a seguir, a classificação da carteira de títulos e valores mobiliários do BNB, em 31.12.2003.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO em R\$ Mil

ENQUADRAMENTO CONTÁBIL	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
Títulos de Renda Fixa	3.490.257	3.517.732	
Notas do Banco Central	187.904	203.541	2004 a 2006
Notas do Tesouro Nacional	138.205	142.519	2004 a 2006
Letras Financeiras do Tesouro	3.164.148	3.171.672	2004 a 2008
TOTAL GERAL DA CATEGORIA	3.490.257	3.517.732	

TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA em R\$ Mil

ENQUADRAMENTO CONTÁBIL	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	40.579	25.707	
Títulos da Dívida Agrária	149	106	2004 a 2011
Títulos Públicos Federais – Outros	23.055	8.353	2004 a 2005
Títulos de Renda Fixa Outros/Outros	17.375	17.248	2027
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	684	0	
Fundos de Desenvolvimento Social-FDS	684	0	Sem Vencimento
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	145.242	225.463	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	5.294	1.369	Sem vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	224.094	Sem vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	1.706	0	2004 a 2005
TOTAL GERAL DA CATEGORIA	188.211	251.170	

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO em R\$ MIL

ENQUADRAMENTO CONTÁBIL	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	3.649.799	3.663.848	
Letras Financeiras do Tesouro	3.647.750	3.662.193	2004 a 2008
Nota do Tesouro Nacional NTN – P	249	249	2012 a 2014
Cotas F.Inv. Nordeste Empreendedor	1.800	1.406	2.011
TOTAL GERAL CATEGORIA	3.649.799	3.663.848	

No caso da carteira de títulos de renda variável, merece destaque o item “Ações de Companhias Abertas”, representado, em sua totalidade, por ações das empresas Eletrobras e Tractebel, adquiridas do FND por ocasião do último aumento de capital social do Banco. Essas ações estão vinculadas ao Programa Nacional de Desestatização do Governo Federal - PND, o que impede o Banco de negociá-las mesmo quando as condições de mercado se mostrarem favoráveis.

Em 31.12.2003, o Banco do Nordeste, não dispunha de operações “em ser” com instrumentos financeiros derivativos.

3.2. Gestão dos Recursos Realizáveis

Operações de Crédito e Provisões para Risco de Crédito

A carteira de operações de crédito possui um prazo médio de vencimento compatível com as fontes de recursos. O quadro abaixo demonstra a composição da carteira de créditos do BNB, em 31 de dezembro de 2002 e 2003.

CARTEIRA DE CRÉDITO R\$ Mil

Rubricas	31.12.2002	31.12.2003
Operações de Crédito		
Adiantamentos a Depositantes	222	118
Empréstimos	198.785	180.802
Títulos Descontados	2.194	1.884
Financiamentos	1.190.957	913.932
Financiamentos a Exportação	7.596	8.458
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	3.078	98
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal	429.770	462.991
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.387.519	1.196.556
Financiamentos Imobiliários	7.165	228
Financiamentos de Infra-Estrutura e Desenvolvimento	1.149.366	951.327
Subtotal	4.376.652	3.716.394
Outras Rubricas com Características de Crédito		
Avais e Fianças Honrados	1	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	1.752	189
Devedores por Compra de Valores e Bens	5.784	3.475
Títulos e Créditos a Receber	43.759	9.620
Importação Financiada Câmbio Contratado	597	-
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	22.110	38.663
Subtotal	74.003	51.947
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	4.450.655	3.768.341

De 31.12.2002 a 31.12.2003, a carteira de crédito apresentou redução de 15,3% em função, principalmente, das operações baixadas como prejuízo no período e das transferências de operações para a União e para o patrimônio do FNE, em conformidade com a Medida Provisória N° 2.196-3, de 24.08.2001; com a Resolução N° 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional; e em decorrência da aplicação do art. 9º. da Lei N° 10.464, de 24.05.2002; e do art. 8º. da Medida Provisória N° 114, de 31.03.2003 (atual Lei N° 10.696, de 02.07.2003).

Ao término do exercício de 2003, a classificação das operações de crédito do Banco do Nordeste, em função da segregação pelos diferentes níveis de exposição ao risco, conforme as regras da Resolução No. 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional, apresentava-se conforme demonstrado no quadro a seguir.

Operações de Crédito por Níveis de Risco R\$ Mil

Nível de Risco	31.12.2002				31.12.2003			
	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	1.052.502	-	1.052.502	222	1.232.882	-	1.232.882	-
A	1.389.969	-	1.389.969	7.088	1.128.585	-	1.128.585	5.643
B	379.225	32.134	411.359	4.581	404.025	17.476	421.501	4.215
C	235.496	65.236	300.732	9.815	100.315	28.215	128.530	3.856
D	114.628	86.024	200.652	24.681	53.924	39.488	93.412	9.341
E	87.418	88.626	176.044	54.650	56.330	70.460	126.790	38.037
F	95.539	112.831	208.370	108.872	95.216	57.671	152.887	76.444
G	140.552	163.189	303.741	234.455	23.381	51.544	74.925	52.448
H	114.253	293.033	407.286	407.286	38.504	370.325	408.829	408.829
TOTAL	3.609.582	841.073	4.450.655	851.650	3.133.162	635.179	3.768.341	598.813

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

Dos créditos em atraso que compunham a carteira em 31.12.2003, 94,27% estavam provisionados. Essa relação era de 101,26% em 31.12.2002.

3.3. Gestão dos Recursos Exigíveis

Ao final do ano de 2003, as obrigações totais do Banco para com terceiros registraram crescimento da ordem de 14,3% em relação a 31.12.2002, conforme o quadro seguinte.

Passivos Totais

Rubricas	R\$ milhões	
	31.12.2002	31.12.2003
Depósitos a Vista	617,8	702,4
Finor	74,5	230,5
Outros	543,3	471,9
Depósitos a prazo	2.458,2	2.064,4
FAT	2.227,6	1.721,5
Outros	230,6	342,9
FNE	12.654,8	15.583,8
Disponível	1.826,2	3.383,2
Operações de Crédito	10.711,8	12.097,1
Outros	116,8	103,4
Repasses em Moeda Nacional	1.782,5	1.716,7
BNDES	1.343,7	1.238,5
FINAME	181,6	155,9
Outros	257,2	322,3
Repasses em Moeda Estrangeira	1.297,0	1.073,3
BID	1.293,1	1.070,4
Outros	4,0	2,9
Outras Obrigações	1.871,7	2.500,3
Captações no Mercado Aberto	79,0	63,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	142,2	116,3
Provisões Causas Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	67,6	103,5
Obrigações por Empréstimos	156,1	152,3
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	833,4	837,4
Passivo Contingente – FNE	453,0	605,0
Provisões Delib. CVM 371 – Capef/Camed	37,3	472,3
Outras	103,1	150,1
Total das obrigações para com terceiros	20.682,0	23.640,8
Resultados de Exercícios Futuros	0,0	0,4
Patrimônio Líquido	1.170,3	1.315,2
TOTAL	21.852,3	24.956,4

A representatividade, nas obrigações totais, das rubricas de depósitos, no montante de R\$ 1.045,3 milhões, sem contar os depósitos especiais com remuneração relativos aos recursos do FAT, em dezembro de 2003, era de 4,2%, enquanto em 31.12.2002 (R\$ 848,4 milhões) representavam 3,9%.

As obrigações contraídas junto ao FAT, da ordem de R\$ 1.721,5 milhões, têm custo de captação com base na taxa SELIC, enquanto não aplicadas em operações de crédito, e com base na TJLP, após a liberação para os mutuários. O prazo médio destas obrigações é de 6 anos, com vencimento final em 2012. Os recursos livres, atualizados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 514.880 mil.

Os depósitos a prazo (exclusive FAT) cresceram 48,7% de dezembro de 2002 a dezembro de 2003. Em 31.12.2003, a soma dos depósitos a vista e de poupança, inclusive os depósitos do FINOR, importava em R\$ 702,4 milhões, 13,7% a mais do que os de 31.12.2002 (R\$ 617,8 milhões).

De 31.12.2002 a 31.12.2003, os recursos oriundos do FNE cresceram 23,1%. O quadro seguinte demonstra o fluxo de recursos integrantes do patrimônio líquido do Fundo Constitucional nos anos de 2002 e 2003.

FNE	R\$ milhões	
	2002	2003
Patrimônio Líquido Anterior	9.844,5	12.654,8
(+) Ingressos de Recursos	1.695,3	1.791,5
(+) Receitas de Operações de Crédito	1.141,0	1.211,8
(-) Rebates e CM Negativa	(33,8)	(187,0)
(+) Remuneração das Disponibilidades	274,6	500,1
(-) Taxa de Administração	(339,1)	(358,3)
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	72,2	(29,1)
Patrimônio Líquido Atual	12.654,8	15.583,8

Os recursos oriundos das fontes de repasse e refinanciamento em moeda nacional, exclusive FAT (vide quadro seguinte), apresentaram, em 31.12.2003, saldos de R\$ 1.716,7 milhões, com decréscimo de 3,7% quando comparados à posição final de 2002 (R\$ 1.782,5 milhões). A participação relativa dos recursos de repasse e refinanciamento (exceto FAT) nas obrigações totais, que era de 14,1%, em dezembro de 2002, passou para 11,2%, em 31.12.2003. Durante o ano de 2003, os pagamentos de obrigações de repasses e refinanciamentos foram superiores aos ingressos de novos recursos, o que justifica a queda nessas rubricas.

Obrigações por Repasses do País

Instituições	R\$ mil	
	31.12.2002	31.12.2003
Tesouro Nacional	2.011	1.826
BNDES	1.343.717	1.238.512
Poc	571.253	468.775
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	291.917	371.508
Outros Programas	480.547	398.229
CEF	1.696	1.427
FINAME	181.586	155.929
Programa Especial	13.689	2.522
Programa Automático	73.191	73.374
Programa Agrícola	20.911	22.711
Outros Programas	73.795	57.322
Outras Instituições	253.455	319.006
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	59.564	62.615
MEPF - Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	145.469	176.144
EMBRATUR/FUNGETUR	8.725	6.401
Banco da Terra – Combate a Pobreza Rural	33.262	68.418
Outros Programas	6.435	5.428
TOTAL	1.782.465	1.716.700
SALDOS DE CURTO PRAZO	371.487	412.905
SALDOS DE LONGO PRAZO	1.410.978	1.303.795

As obrigações contraídas com recursos do BNDES e FINAME têm encargos com base na TJLP, acrescida de “spread” médio de 2% a.a., e prazo de 6 anos. Houve queda de 8,6% nos saldos desses recursos quando são comparadas as posições finais de 2002 (R\$ 1.525,3 milhões) e 2003 (R\$ 1.394,4 milhões).

Os recursos advindos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra são remunerados pela taxa extramercado do BACEN enquanto disponíveis para liberação, e, a partir do desembolso do financiamento aos beneficiários, a remuneração desses recursos se dá pela taxa de juros de acordo com o valor financiado, conforme estabelecem as normas do Programa.

Apresentam-se, a seguir, o fluxo financeiro das obrigações para com o BNDES, FINAME, FAT e Banco da Terra.

Valor em R\$ Mil

FONTE	Saldo em 31/12/2002	Ingressos em 2003	Encargos contabilizados	Pagamento de Principal	Pagamento de Encargos	Saldo em 31/12/2003
BNDES	1.343.716,46	43.825,71	138.017,97	214.794,18	72.253,99	1.238.511,97
FINAME	181.585,84	2.902,94	21.794,46	42.468,03	7.885,34	155.929,87
FAT	2.227.587,62	-	275.688,06	517.674,50	264.132,48	1.721.468,70
BANCO DA TERRA	172.025,55	83.375,80	13.618,55	7.044,78*	31.004,07	230.971,05

(*) Devoluções de principal efetuadas ao BNDES com autorização do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

4. GESTÃO PATRIMONIAL

A partir do diagnóstico e levantamento de necessidades das 174 Agências do Banco, foi elaborada programação de investimentos para o exercício de 2003, tendo resultado na conclusão das seguintes ações:

- Reforma geral de 09 unidades, dentre prédios próprios e alugados, compreendendo a atualização de leiaute, substituição de mobiliário por estações integradas de trabalho, substituição de instalações elétricas e de cabeamento estruturado, dentre outras;
- Modernização dos sistemas de ar condicionado de 23 unidades, adotando-se tecnologia mais econômica e silenciosa, com melhor rendimento, resultando em maior conforto para clientes, colaboradores e parceiros, além da redução no consumo de energia elétrica da ordem de 15%;
- Implementação de 252 sistemas de impressão (copiadoras/impressoras), permitindo a modernização dos processos de produção de documentos de toda a rede de agências e unidades da Direção Geral, em Fortaleza. Referidos sistemas possuem software de gerenciamento, que permite o total controle da produção, garantindo produtividade e economia nos processos.

O nível de intervenção na rede de agências foi reduzido se comparado à meta inicialmente definida, no que se refere à reforma geral de instalações, tendo em vista não só a ocorrência de obras que tiveram seu processo iniciado em 2003 e cuja conclusão ficou prevista para 2004, como também a reavaliação do modelo de atuação das agências e redefinição de prioridades.

4.1. Adequação de Perfil e dos Quantitativos

4.1.1. Equipamentos de Processamento de Dados

Como se observa no quadro a seguir, parte expressiva do quantitativo dos bens (59,7%) é representada por microcomputadores/servidores de rede. Isto se justifica pela recente modernização desse tipo de equipamentos (grande parte está no período de até dois anos) e pela permanência, na posição contábil de 31.12.2003, de parte dos equipamentos substituídos (período acima de cinco anos), já alienados e que serão objeto de baixa contábil no primeiro trimestre de 2004.

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL DOS EQUIPAMENTOS			TOTAL
	ATÉ 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	
Impressoras	404	586	1.646	2.636
Microcomputadores/Servidores de Rede	5.559	763	3.038	9.360
Notebooks	856	253	431	1.540
Equipamentos de Automação Bancária	1	10	965	976
Outros	220	161	790	1.171
TOTAL	7.040	1.773	6.870	15.683

O mesmo ocorre com o item notebooks, cuja atualização tecnológica permitiu a substituição de equipamentos com mais de cinco anos de uso, cuja manutenção já se tornara antieconômica.

Por outro lado, os equipamentos de automação bancária, representados em sua maioria por terminais de caixa e terminais do tipo cash dispenser, tiveram seu processo de modernização iniciados em 2003, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2004.

A análise comparativa por vida útil dos equipamentos evidencia um parque relativamente modernizado, se levarmos em conta que 56,2% dos equipamentos têm até cinco anos de idade e que parte expressiva dos itens com "idade" acima de cinco anos está sendo objeto de baixa contábil por alienação. Se considerarmos que 4.645 equipamentos serão alienados e baixados do acervo patrimonial, o percentual de equipamentos em utilização com até dois anos de uso sobe para 63,8%.

4.1.2. Demais Equipamentos

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL DOS EQUIPAMENTOS			TOTAL
	ATÉ 5 ANOS	DE 5 A 10 ANOS	ACIMA DE 10 ANOS	
Armas e Outros Equipamentos de Segurança	176	204	218	598
Condicionadores de Ar	725	481	868	2.074
Condicionadores de Energia Elétrica	441	337	315	1.093
Equipamentos de Audiovisual	1.439	378	779	2.596
Equipamentos de Comunicação (Voz)	4.246	2.665	889	7.800
Equipamentos de Comunicação (Dados)	621	671	135	1427
Linha Telefônica	6	22	379	407
Mobiliário	14.788	14.488	21.152	50.428
Máquinas Diversas	504	276	2.576	3.356
Estações de Trabalho moduladas	155	0	0	155
Obras de Arte	12	10	466	488
Sistemas de Informática	135	10	0	145
Transportes e Veículos	35	14	14	63
Outros	14	3	2	19
TOTAL	23.297	19.559	27.793	70.649

A avaliação do perfil dos itens de patrimônio constantes no quadro acima evidencia um parque de móveis, máquinas e equipamentos (exceto de processamento de dados) com 60,7% de sua vida útil até 10 anos. O grupamento “Mobiliário” representa 71,4% do acervo, o que enseja, na análise global, uma idade maior deste patrimônio.

A gradativa substituição do mobiliário do Banco por estações de trabalho, por sua característica modular, permitirá não só uma maior flexibilidade nos ajustes de leiaute, como também uma maior integração das equipes, melhor fluxo na tramitação dos processos negociais, padronização e, sobretudo, uma efetiva observância aos aspectos de ergonomia.

Os bens totalmente depreciados, ou seja, com vida útil acima de 10 anos, representam 39,3% do acervo patrimonial, incluídos aí itens já alienados e não baixados contabilmente no exercício de 2003.

A política de modernização da rede de agências, observados os aspectos relativos à leiaute e à padronização dos itens de identidade visual, permitirá, igualmente e progressivamente, a substituição de itens obsoletos e inservíveis, compreendendo condicionadores de ar, condicionadores de energia elétrica, além de mobiliário e máquinas diversas.

Por fim, releva destacar que durante o exercício de 2003 foram vendidos 97 bens não de uso próprio, correspondentes a 21,8% de um total em carteira de 445 itens recebidos em dação de pagamento, incluindo imóveis, máquinas, equipamentos e veículos. Igualmente, foram alienados 2.398 bens de uso, como móveis, máquinas e equipamentos obsoletos e inservíveis, gerando uma receita total de R\$2.826 mil.

Observado o relacionamento sócio-político-institucional, o Banco beneficiou um total de 174 entidades, compreendendo órgãos públicos e entidades filantrópicas reconhecidas de utilidade pública e sem fins lucrativos, para uso de interesse social, com a doação de 701 itens de bens móveis, máquinas e equipamentos, já sem utilização em suas diversas unidades.

4.1.3 – Aspectos Contábeis do Patrimônio

Observado o relacionamento sócio-político-institucional, o Banco beneficiou um total de 174 entidades, compreendendo Órgãos Públicos e Entidades Filantrópicas reconhecidas de utilidade pública e sem fins lucrativos, para uso de interesse social, com a doação de 701 itens de bens móveis, máquinas e equipamentos, já sem utilização em suas diversas Unidades.

ATIVO PERMANENTE – IMOBILIZADO/DIFERIDO			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 31/12/2002	SALDO EM 31/12/2003	VARIAÇÃO
IMOBILIZADO	138.008	136.448	-1,13%
Edificações e Terrenos	119.506	117.620	-1,58%
Móveis e Equipamentos	9.608	10.614	10,48%
Sistema de Processamento de Dados	5.034	4.189	-16,78%
Sistema de Comunicação-Equipamentos	244	237	-2,89%
Sistema de Segurança	2.571	2.563	-0,33%
Sistema de Transporte	407	470	15,54%
Sistema de Comunicação-Direito de Uso	45	45	0,00%
Instalações	594	709	19,46%
DIFERIDO	4.679	4.004	-14,43%
TOTAL	142.687	140.452	-1,57%

Em 2003 o saldo contábil do ATIVO PERMANENTE teve pequeno decréscimo em relação a 2002, refletindo que as incorporações foram menores que as depreciações do período.

Destacam-se as variações positivas em MÓVEIS E QUIPAMENTOS (10,48%), INSTALAÇÕES (19,46%) e SISTEMA DE TRANSPORTE (15,54%), motivadas pelas ações de modernização da rede de Agências, nos aspectos relacionados a sistemas de ar condicionado, sistemas alternativos de energia elétrica, adaptação e ajuste de leiautes dentro de um modelo de atendimento voltado às atividades finalísticas da empresa, bem como substituição de 05 veículos da frota do Banco.

4.2. Atualização Tecnológica

Em 2003, o Banco do Nordeste perseverou no propósito de manter-se atualizado, investindo na Modernização Tecnológica de seus instrumentos de trabalho como estratégia de suporte à realização de negócios. O Banco do Nordeste entende a tecnologia da informação (TI) como poderoso instrumento capaz de alavancar grandes mudanças na organização, e essa visão tem norteado a definição das estratégias corporativas na busca do alinhamento do planejamento estratégico de TI com o planejamento dos negócios.

Para dirimir problemas e desconexões identificadas no estudo subsidiário da elaboração do Plano Estratégico de Informática 2003, estabeleceram-se várias ações para a Área de Tecnologia, das quais se destacam:

1) a revisão das estruturas organizacionais e redistribuição das atribuições e atividades da área de tecnologia, tendo como principal consequência a criação do Ambiente de Segurança da Informação e o Comitê de Segurança da Informação – COSEG. Estas duas novas unidades passaram a assumir a maioria das atividades relacionadas ao tema, antes dispersas nos ambientes de Estratégias de Tecnologia, de Infra-Estrutura de Tecnologia, de Recursos Logísticos e de Auditoria;

2) a revisão do processo de desenvolvimento e evolução de sistemas de informação (SI), visando remodelá-lo para incorporação de métodos e técnicas de gestão de projetos e segurança da qualidade dos produtos de SI.

Entre outras ações empreendidas para suporte às atividades administrativas, ressalta-se a distribuição de cerca de 4.000 desktops, garantindo a modernização e padronização do acervo de microcomputadores, além de ampliar as condições de produtividade dos colaboradores.

Foi concluído em 2003 o processo licitatório para atualização tecnológica dos servidores da plataforma distribuída, referente à aquisição de 209 servidores, sendo 190 para Unidades distribuídas e 19 para a Direção Geral. Atualmente, encontra-se em fase de homologação e implantação dos novos servidores nas diversas Unidades, sem comprometimento das atividades finalísticas do Banco.

Em relação à infra-estrutura de informática, destacam-se melhorias no processo de backup/restore, implantação de solução de gerenciamento integrado de serviços e evolução tecnológica das redes locais da Direção Geral e da plataforma de processamento central (mainframe). Essas ações foram iniciadas em 2003, estando atualmente em fase de formatação do edital de licitação. Também se expandiu o sistema de armazenamento externo baseado em tecnologia SAN (Storage Area Network).

O projeto para evolução tecnológica da infra-estrutura de redes locais da Direção Geral do Banco do Nordeste, que visa melhorar os níveis de confiabilidade, disponibilidade, desempenho e segurança da atual solução, foi iniciado em 2003, encontrando-se ainda em andamento.

Iniciou-se também em 2003 a implantação de uma “fábrica de software”, que objetiva melhoria na gerência do processo de produção e da qualidade do software e propiciará a prática de acordos de níveis de serviço na utilização dos recursos de TI, mediante a absorção, até final de 2004, do desenvolvimento e evolução dos sistemas computadorizados ainda distribuídos nas várias unidades de negócio da empresa. Para amparo ao novo processo, o BNB adotou a seguinte postura:

- elaborou uma nova metodologia de desenvolvimento de software – MDS;
- elegeu a plataforma Microsoft .NET e a linguagem de programação C# como recursos preferenciais para a produção de aplicativos;
- introduziu a disciplina gerência de projetos baseada na metodologia PMBOK (Project Management Body of Knowledge) e procedeu à renovação do contrato de terceirização de serviços de TI.

No que concerne ao apoio às atividades finalísticas, a determinação, no Programa Estratégico 2003, de foco comercial e negocial integrado à ação desenvolvimentista do BNB implicou, principalmente, o aporte de novos sistemas de gerenciamento de crédito comercial e de microfinanças. Cabe lembrar que em dezembro de 2003 o Banco licitou a aquisição de 344 cash dispensers e 26 terminais de pagamentos de contas, que, uma vez implantados em 2004, proporcionarão a oferta ampliada de auto-serviço de clientes.

A implementação dessas ações, mesmo que algumas ainda não estejam concluídas, não gerou descontinuidade das atividades finalísticas do BNB, uma vez que as atuais soluções atendem aos requisitos mínimos de confiabilidade e segurança. Além disso, essas ações objetivam melhorar os níveis de qualidade de serviço existentes hoje, para atendimento às demandas atual e futura do Banco.

5. GESTÃO DE PESSOAS

5.1. Gastos com Remuneração e Manutenção

O Banco do Nordeste encerrou o ano de 2003 com 3.666 funcionários. Os gastos com pessoal ocorreram em consonância com a tabela abaixo.

DISPÊNDIOS

	ORÇADO 2003	REMANEJAMENTO 2003	REALIZADO 2003
DISPÊNDIOS CORRENTES PESSOAL	242.210.624,00-	254.322.279,00-	255.024.382,11-
DISPÊNDIO INDIRETO COM PESSOAL PRÓPRIO	45.891.648,00-	45.938.927,00-	51.135.840,03-
OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES - Diversos	6.027.030,00-	4.612.160,00-	4.081.972,37-
TOTAIS	294.129.302,00-	304.873.366,00-	310.242.194,51-
DISPÊNDIOS CORRENTES	242.210.624,00-	254.322.279,00-	255.024.382,11-
SALÁRIO BASE	84.114.721,00-	87.083.894,00-	85.868.438,73-
HORA EXTRA	900.000,00-	287.151,00-	257.769,66-
COMISSÃO POR FUNÇÃO	32.144.182,00-	33.975.270,00-	33.823.601,52-
GRATIFICAÇÃO MENSAL	6.126.294,00-	5.143.844,00-	5.126.725,51-
ENCARGOS SOCIAIS	63.251.678,00-	68.853.347,00-	68.082.313,28-
BENEFÍCIOS	32.894.148,00-	34.393.364,00-	36.394.099,38-
OUTROS ADICIONAIS	22.779.601,00-	24.585.409,00-	25.471.434,03-
DISPÊNDIO INDIRETO COM PESSOAL PRÓPRIO	45.891.648,00-	45.938.927,00-	51.135.840,03-
DIÁRIAS	11.497.761,00-	9.503.937,00-	9.499.146,72-
TREINAMENTO EXTERNO	1.902.551,00-	1.902.551,00-	1.615.690,77-
PASSAGENS	2.981.097,00-	2.981.097,00-	3.186.520,29-
DEMAIS DISPÊNDIOS INDIRETOS	29.510.239,00-	31.551.342,00-	36.834.482,25-
OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES - Diversos	6.027.030,00-	4.612.160,00-	4.081.972,37-
EXAME MÉDICO	171.653,00-	427.318,00-	88.698,78-
TREINAMENTO INTERNO	3.306.192,00-	1.937.178,00-	1.749.040,51-
DESPESAS ESTAGIÁRIOS	2.549.185,00-	2.247.664,00-	2.244.233,08-

5.2. Ações de Valorização do Servidor

Novas Relações de Trabalho

O Banco teve como um dos objetivos principais em 2003 a valorização dos seus funcionários, por meio da busca de solução negociada dos conflitos, estímulo ao diálogo e capacitação continuada do corpo funcional e gerencial.

Logo no início da atual gestão, o Banco reativou o diálogo com as entidades representativas dos funcionários, discutindo questões como previdência complementar. Como resultado, encontrou-se uma solução para o passivo previdenciário, há longo tempo motivo de demandas judiciais, com prejuízos à imagem da organização, vulnerabilizando o Banco do ponto de vista econômico e jurídico, além de causar intranquilidades aos seus funcionários e aposentados.

Em seguida, foi criado na intranet o *link* "Fale com o Presidente", um canal de comunicação aberto a todos os funcionários para que estes pudessem encaminhar suas sugestões e reivindicações. Ao todo, foram feitos 1.089 acessos, 87% dos quais referentes a solicitações, sendo 55% delas atendidas sem perder de vista os interesses da organização.

Objetivando a construção compartilhada dos Princípios e Políticas de Desenvolvimento Humano, foi estruturado o Primeiro Seminário de Relações do Trabalho. O evento contou com a participação de 74% dos funcionários e resultou na construção dos fundamentos de uma nova orientação das relações de trabalho no BNB.

O acordo coletivo 2003-2004 expressou um resultado importante do processo de diálogo instaurado, destacando-se a criação das Comissões Paritárias com o objetivo de apresentar propostas de: a) novo Plano de Carreiras e Salários; b) implementação de Participação nos Lucros e Resultados; c) revisão das normas que regem as relações de trabalho; d) resolução do Passivo Trabalhista.

Educação Corporativa

Buscando proporcionar condições para que o funcionário desenvolva suas competências, ampliando sua empregabilidade e a contribuição para os resultados da Empresa, o Banco estruturou o Programa de Educação Corporativa, com ações de Capacitação e de Educação Continuada voltadas para todo o corpo funcional.

Tal programa orienta-se no respeito à otimização da aplicação e à distribuição equitativa das oportunidades e dos recursos, e dentre suas ações destacam-se: a criação do Comitê de Desenvolvimento Humano, o incentivo aos estudos de graduação (inclusive a distância), a reformulação do programa de pós-graduação e o estabelecimento de critérios orçamentários em níveis corporativo e de unidade.

Investimentos substanciais foram efetivados com 5.706 oportunidades de treinamento, com destaque para o incentivo a 95 cursos de especialização, 17 de mestrado e 16 cursos de doutorado.

A Comunidade Virtual de Aprendizagem modernizou-se e, atendendo a antiga solicitação dos funcionários, está totalmente on-line, com maior flexibilidade para realização dos cursos.

Saúde e Qualidade de Vida

A preservação da saúde e do bem-estar dos funcionários recebeu atenção permanente da área de Desenvolvimento Humano. Com a implementação do Sistema de Saúde Ocupacional em 2003, o benefício dos exames médicos preventivos foi ampliado a todos os funcionários.

Além disso, teve início a implantação do Programa de Ergonomia Participativa, que visa melhorar as condições no ambiente de trabalho do funcionário, e o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida foi expandido para 61 unidades do Banco, oferecendo-se gratuitamente uma atividade a escolha, dentre ginástica laboral, ioga, tai chi chuan, meditação, alongamento, shiatsu ou dança. Ao todo, mais de 1200 funcionários foram beneficiados, o que auxiliou na redução dos níveis de estresse.

Desenvolveram-se, ainda, várias atividades no campo da prevenção a doenças, mediante promoção de palestras e campanhas educativas, envolvendo temáticas como depressão, alergias, AIDS, colesterol, tabagismo, diabetes, hipertensão, lesões por esforços repetitivos, câncer, doação de sangue, vacinação contra gripe e outras.

No âmbito cultural, o Banco procurou estimular o desenvolvimento das aptidões artísticas dos servidores mediando a inscrição de suas produções (poesia, escultura, fotografia, renda, etc) no Banco de Talentos da Febraban.

A estrutura de cargos, carreiras e remunerações dos funcionários está sendo revista, com o estabelecimento de novos critérios que valorizem o desempenho e o atingimento das metas institucionais. A reformulação da estrutura de cargos e carreiras atribui maior ênfase ao desempenho do servidor, oferecendo a este uma carreira atraente e o incentivo direto com o estabelecimento de uma parcela variável da remuneração.

O Plano de Cargos e Salários também está em processo de revisão, o que já é do conhecimento do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST.

Em complementação a este projeto, está prevista para 2004 a revisão do Sistema de Avaliação do Funcionário, a partir dos resultados alcançados, o que influirá sobre a remuneração, ascensão funcional e capacitação.

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste -Capef

No final de 2002, a CAPEF apresentava superávit atuarial da ordem de R\$ 51,4 milhões, e havia em curso 544 ações, envolvendo 3.042 participantes e assistidos, que reclamavam contra medidas adotadas pela Entidade, no período de 1997 até 1999. Até então, suas demonstrações contábeis não registravam nenhuma provisão referente ao passivo contingente, apesar de parte daquelas demandas ter suas decisões transitadas em julgado no decorrer de 2002, com posicionamento favorável a seus autores.

A CAPEF, na competência de junho de 2003, cuidou de evidenciar o risco relacionado às demandas judiciais então existentes, fazendo provisão de R\$ 383,9 milhões. Também fez-se imprescindível tomar medidas que, atendendo aos interesses dos participantes e assistidos, resolvesse os problemas que punham em risco a subsistência da Entidade. A solução encontrada foi a da negociação.

Para esse fim, foram instituídos os grupos Estratégico e Técnico, os quais, compostos por representantes da própria CAPEF e dos participantes e assistidos (AFBNB, AABNB e Comissão Nacional dos Funcionários do BNB), tinham por finalidade discutir e definir as diretrizes para a elaboração dos novos normativos da CAPEF e, ao mesmo tempo, apontar as bases de um acordo a ser apresentado aos participantes e assistidos como forma de extinguir as demandas judiciais existentes, relacionadas com o plano de benefícios e de custeio da Entidade.

Os trabalhos culminaram em um acordo entre as partes e na elaboração de novos normativos, estatuto social e regulamento geral da Entidade, bem como na definição das medidas necessárias à resolução das pendências judiciais, à superação do déficit atuarial e à garantia de equilíbrio futuro do plano de benefícios. O novo estatuto recebeu aprovação dos participantes e assistidos e da Secretaria de Previdência Complementar, através da portaria de nº 81, de 30.12.2003.

Os principais pontos negociados no acordo são os seguintes:

- Pagamento de 100% da diferença apurada entre os valores dos benefícios efetivamente pagos e aqueles que passarem a ser devidos por força do acordo que vier a ser celebrado, devida a partir do mês de julho de 1997 até a data de início das assinaturas do termo de adesão, devidamente corrigida por índice de atualização utilizado pela Justiça do Trabalho;
- Devolução de contribuição extraordinária de 15% descontada dos aposentados que, no período de janeiro a julho de 1997, contavam com a parcela de prorrogação de expediente na base de cálculo de seus benefícios e que não foram contemplados

com as decisões judiciais de suspensão da cobrança e devolução das contribuições já descontadas;

- Assunção, pelos assistidos, dos honorários advocatícios decorrentes do ajuizamento de ações contra a CAPEF, cujos objetos consistem em matéria que fizer parte do acordo a ser celebrado;
- Inclusão da parcela de prorrogação de expediente (integral ou proporcional) à base de cálculo dos benefícios atuais e a conceder daqueles que celebrarem acordo com a CAPEF.

Como consequência do processo de negociação o Banco do Nordeste celebrou contrato para efetivar o repasse de recursos à CAPEF.

Para concluir o trabalho, a partir de janeiro de 2004, cada participante e assistido foi convidado à celebração do acordo, através da assinatura de termo particular, pelo qual o Banco, a CAPEF e o participante ou assistido, mediante concessões recíprocas, põem fim aos embates que até então constituem ameaça à manutenção daquela Entidade de Previdência Complementar.

5.3 Terceirização de Mão-de-Obra

Política de Terceirização

A política de terceirização de serviços adotada pelo Banco parte da segregação das atividades internas de cada Unidade, organizadas em termos de processos de retaguarda (suporte administrativo) e de processos de relacionamento com clientes internos e externos (dinâmica negocial e gerenciamento de clientes), associadas, respectivamente, com colaboradores terceirizados e funcionários.

Os processos de retaguarda ou suporte administrativo apóiam-se na premissa da profissionalização do relacionamento com as empresas prestadoras de serviço, a cargo dos gestores de Unidades e da Área de Logística, em nível estratégico. O modelo de gerenciamento de serviços terceirizados, em consequência, define atribuições do Banco e empresas parceiras por contratos gerenciados em sistemas informatizados especialmente desenvolvidos para essa finalidade (S320 – Sistema Integrado de Recursos Logísticos e S880-Sistema Integrado de Pessoal).

A qualidade do relacionamento entre profissionais, empresas contratadas e o Banco é medida pelo Sistema de Avaliação da Qualidade dos Serviços Terceirizados, implantado em toda a Empresa desde 1999. Há troca de informações para melhoria dos serviços por indicadores de prestação no atendimento, competência, resultado, pós-venda, melhoria contínua e expectativa geral. Equipes gestoras do Banco e dirigentes das empresas parceiras têm a oportunidade de se reunir, visando ao aprimoramento dos padrões de qualidade dos processos finalísticos do Banco, ganhos de produtividade, elevação dos níveis de eficiência da alocação de recursos humanos e redução de riscos trabalhistas. A Avaliação da Qualidade dos Serviços Terceirizados prestados em 2003 deverá ser realizada no primeiro trimestre de 2004, tendo em vista a necessidade de revisão do suporte informatizado existente, e sua consequente manutenção.

Descrição dos Principais Serviços Terceirizados

Relacionamos, a seguir, os processos e atividades executados nas diversas áreas do Banco que são objeto de algum tipo de terceirização:

ÁREA DE TECNOLOGIA - Os funcionários do Banco são analistas de negócios. Têm uma visão conjunta do negócio da empresa e da tecnologia adequada. O desenvolvimento e a manutenção de aplicativos computadorizados é que são conduzidos por analistas e programadores terceirizados;

ÁREA DE LOGÍSTICA - Os recursos humanos do Banco são direcionados para as ações de planejamento e monitoração dos recursos logísticos. A elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, a fiscalização de obras e reformas, os serviços de malotes, de limpeza e conservação, de jardinagem, de manutenção de equipamentos e de instalações prediais, de microfilmagem e de editoração, de telefonia, de recepção, de contínuos, de motoristas, de cargas e de impressão gráfica, dentre outros, são executados por terceiros. São ainda terceirizados os serviços de atendimento nas Bibliotecas do Banco.

ÁREA DE NEGÓCIOS – O Banco do Nordeste não terceiriza as atividades de sua linha de negócios. São executadas de forma terceirizada as atividades de digitação, de contínuo, de telefonia, de vigilância, de copa, de limpeza e de conservação, de compensação de cheques, de transporte de valores e documentos, de manutenção de equipamentos e de manutenção de instalações prediais;

ÁREA DE ATENDIMENTO AO CLIENTE INTERNO - São terceirizados os serviços de atendimento ao cliente interno, no que se refere ao suporte sobre os temas relacionados com cobrança eletrônica, microinformática e redes de microcomputadores, sistemas, etc.;

5.4. Ações Disciplinares e Correcionais

O procedimento adotado no Banco do Nordeste com relação às ações correcionais é descrito a seguir.

Nos casos de desvios de condutas funcionais, necessário se faz apurar a veracidade das acusações através de processo administrativo ou sindicância. Esta última, de natureza investigatória, não tendo por objetivo concluir contra ou a favor de pessoas, mas pela apuração da ocorrência, podendo resultar no arquivamento ou instauração do processo administrativo.

O processo administrativo pode ser decorrente de sindicâncias ou de situações detectadas em auditoria realizada nas unidades do Banco, ou advindas de denúncias do público interno ou externo. Uma vez instaurado o processo, faz-se o levantamento de todas as ocorrências relacionadas à situação, ouvidas as pessoas em depoimentos ou através de pedido formal de esclarecimentos das ocorrências, com a finalidade de apurar responsabilidades do funcionário envolvido, e é solicitado parecer técnico de órgão interno do Banco afeto à irregularidade apontada. No deslinde da questão, o processo poderá vir a ser arquivado ou encaminhado para julgamento pelo órgão competente, levando sempre em consideração sua finalidade maior, que é o interesse público.

É importante observar que os ditames da Carta Magna e também a Lei 9.784/99 asseguram aos litigantes em processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. Assim, essas garantias são asseguradas ao empregado envolvido desde a instauração, bem como no decorrer de todo o procedimento, ficando-lhe facultado o acompanhamento de toda a tramitação processual, sendo observado, junto aos envolvidos, que as informações sigilosas constantes no processo administrativo não poderão ser compartilhadas por terceiros.

Atendidos os dispositivos legais e estando o relatório concluído, o processo é encaminhado para o Comitê de Avaliação do Pessoal – COMAP, órgão com a competência de apreciar e pronunciar-se sobre os resultados de sindicâncias e processos administrativos para apuração de ocorrência ligada à conduta dos empregados do BNB. Se for constatada a culpa do empregado, aplica-se tanto a pena pecuniária quanto a restritiva, esta prevista na Consolidação Interna de Normas - CIN-PESSOAL, de acordo com a gravidade do ato praticado, podendo ser: censura, advertência, repreensão, suspensão, destituição de função em comissão ou despedida por justa causa.

As decisões são formalmente comunicadas aos empregados envolvidos e à Unidade de sua lotação, informando àqueles que sofreram penalidade de censura, advertência, repreensão, suspensão, destituição de função em comissão que não farão jus aos benefícios e vantagens previstos na CIN-PESSOAL, enquanto perdurarem os efeitos restritivos da penalidade que lhes foi determinada pelo COMAP, pelo prazo de um, dois, três, quatro e cinco anos, respectivamente. Todo o fluxo de tramitação e de julgamento do processo é controlado no Sistema de Auditoria por prazo indeterminado.

Nos casos em que durante a instrução do processo os prejuízos decorrentes do objeto do processo são recuperados e é verificada a ausência de dolo ou má fé dos empregados envolvidos, o processo é arquivado pela Auditoria do Banco. Ainda assim, é encaminhada correspondência alertando os envolvidos e a administração da unidade da necessidade de observar os normativos internos visando evitar no futuro falhas da espécie.

Com a finalidade de reduzir os casos objeto de sindicâncias e inquéritos administrativos, a Área de Processo Administrativo da Auditoria comunica, em relatório gerencial semestral, a todas as Unidades do Banco, Superintendências e Ambiente da Direção Geral, as principais ocorrências apuradas em sindicâncias e processos administrativos, de forma genérica, com recomendação de que o conteúdo do relatório seja discutido com toda a equipe. Destaca-se, porém, o fato de que este processo está sendo revisto e aperfeiçoado.

A seguir, o quadro de tramitação de processo e o quadro de decisões/penalidades aplicadas no exercício de 2003.

Instrução de Processos Administrativos Fluxo Anual					
Estoque Anterior	Ingresso no Período	Total	Em Curso	Julgado	Arquivado
41	119	160	64	55	41

Penalidades/Decisões aplicadas pelo COMAP		2003
Penalidades	Qtde	%
Censura	6	22,22%
Destituição de função em comissão	6	22,22%
Repreensão	5	18,52%
Demissão	4	14,81%
Carta Reprovativa	3	11,11%
Advertência	1	3,70%
Pena pecuniária	1	3,70%
Suspensão	1	3,70%
TOTAL	27	100%

6. GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

O modelo atual de gestão no suprimento de bens e serviços no Banco, em relação às instalações físicas e à infra-estrutura de suas Unidades, tem buscado reduzir intervenções de caráter pontual e localizado, não só pelas restrições orçamentárias, como também pela necessidade de racionalização de despesas e investimentos.

A evolução tecnológica, por sua vez, tem provocado a necessidade, cada vez mais freqüente, de modificações estruturais nos prédios, maior velocidade de transmissão de dados, maior confiabilidade da infra-estrutura, mais qualidade no fornecimento de energia elétrica e novos equipamentos. Tudo isto tem reflexo direto nos custos e gastos despendidos nas obras, compras e serviços.

Observados estes aspectos, o Banco está adotando um modelo de intervenção integrada, sugerindo que cada intervenção a ser realizada em um determinado imóvel busque abranger todos os itens considerados deficientes. Este modelo de "Solução Integrada" tem o objetivo de suprir todas as carências verificadas, além de padronizar, em termos de ambientação, leiaute e infra-estrutura, todas as Unidades do Banco.

6.1. Custo e Gastos com Contratações

Em 2003, o BNB realizou 348 contratos, contra 362 no ano de 2002. Note-se que os valores constantes na tabela a seguir se referem aos montantes dos contratos efetivados no exercício, não significando que esses tenham sido os valores desembolsados ou efetivamente gastos naquele ano, em cada uma das rubricas.

R\$ mil

DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR CONTRATADO EM 2002 (R\$)	QTD.	VALOR CONTRATADO EM 2003 (R\$)
Aluguel de Imóvel Comercial	54	4.265	32	2.837
Aquisição de Equipamentos	43	2.330	13	8.292
Arrendamento Mercantil	2	33.885	1	6.471
Assessoria Técnica	0	0,00	3	10.028
Comunicações	13	10.707	11	5.787
Convênio	1	737	8	8.941
Engenharia	57	6.173	79	7.703
Fornecimentos de Materiais	23	7.444	29	3.945
Informações Cadastrais	0	0,00	2	5.581
Informática	20	1.188	29	7.938
Locação de Equipamentos	6	2.955	11	17.570
Manutenção	13	827	10	651
Mão de Obra Locada	87	12.277	73	18.358
Propaganda e Publicidade	0	0,00	2	18.000
Seguro de Vida em Grupo	0	0,00	2	9.544
Seguro Patrimonial	4	147	2	106
Serviços Diversos	30	1.505	35	941
Transporte de Carga	0	0,00	1	282
Transporte de Valores	6	296	4	345
Treinamento	3	335	1	132
TOTAL GERAL	362	85.071	348	133.452

NOTA: Os quantitativos se referem ao número de processos verificados no exercício

A realização das obras e serviços de engenharia, aquisições e contratação de serviços ensejaram a formalização de 324 contratos no exercício de 2003, observados os dispositivos da

Lei de Licitações e Contratos Administrativos (8.666/93), como conseqüência da realização de 136 processos licitatórios, sendo 40 processos na modalidade de Tomada de Preços, 34 Pregões, 41 Convites, 19 Concorrências e 02 leilões.

6.2. Gestão de Estoques

A atual política de estoques praticada no Banco do Nordeste passa pelos seguintes pressupostos básicos:

- a) maior autonomia às Unidades, para aquisição de materiais de baixo custo e de fácil localização na praça;
- b) priorização de contratos de suprimento de materiais (compras programadas/terceirização de estoques), a partir da aquisição de forma corporativa, para itens de consumo expressivo e de maior custo;
- c) estoque centralizado na Direção Geral para formulários e itens em que a aquisição descentralizada é inviável.

O quadro a seguir evidencia um incremento no número de itens de estoque, que passou de 173, em 31.12.2002, para 193 em 31.12.2003, tendo o valor se elevado na ordem de 11,56%.

R\$ mil

CARACTERIZAÇÃO DOS ITENS (*)	POSIÇÃO EM 31.12.2002		POSIÇÃO EM 31.12.2003	
	No.de Itens	Valor Estoque (R\$)	No.de Itens	Valor Estoque (R\$)
Classe A	16	104,9	17	92
Classe B	27	58,9	47	110
Classe C	130	42,1	129	67
TOTAL	173	205,9	193	269

(*) A caracterização dos itens por Classe, leva em conta sua representatividade comparativa aos valores totais de estoque.

O aumento no número de itens teve relevância nos itens Classe B, em decorrência da criação de novos formulários na área de tesouraria e microfinanças.

Para um entendimento acerca dos itens de estoque hoje existentes, relacionamos exemplos de materiais e suas respectivas classes:

Classe A – Cartões magnéticos e envelopes;

Classe B – Cintas para acondicionamento de cédulas e formulários de natureza mais complexa e

Classe C – Demais formulários planos utilizados nas atividades cotidianas do Banco.

Assim, o gerenciamento de estoques, a partir dos pressupostos referidos:

- elimina a geração de excedentes, permitindo melhor controle de custos;
- agiliza a distribuição, reduzindo custos de frete e
- dispensa/reduz condições diferenciadas de armazenagem.

6.3. Custos/Gastos com Convênios e Parcerias

6.3.1. Convênios e Parcerias

O Banco manteve, em 2003, convênios e parcerias institucionais com diversas entidades objetivando estreitar relações e participar de discussões com o mercado, com instituições de desenvolvimento e de finanças, com federação de bancos, com câmaras de comércio, etc., sobre assuntos de interesse do Banco relacionados ao desenvolvimento da Região.

A efetividade dos convênios e parcerias se dá por meio da participação do Banco em comissões temáticas, em eventos de negócios, em reuniões com empresários, em seminários e palestras e na promoção de investimentos para o Nordeste. Adiante, importantes entidades conveniadas ou parceiras do Banco em 2003:

ENTIDADE	CUSTO EM 2003
ABGR - Associação Brasileira de Gerência de Riscos	1,2
SUCESU - Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações	2,8
ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto	2,1
ABDE - Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento	163
FUNCEX - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior	12
IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais	0,99
Bolsa de Valores Regional	212
IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração	1,9
Conselho Regional de Economia 8ª Região - CE	6,1
CBP-CE – Câmara Brasil-Portugal no Ceará	0,6
FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos	122
AMCHAM - Câmara Americana de Comércio	30
ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas	5,6
The Panagides Group, Inc	13,8

A política de patrocínio a eventos busca potencializar as ações negociais do Banco do Nordeste, privilegiando aqueles que possam gerar novos negócios para a Região e impulsionar a criação de novas oportunidades de trabalho.

Em 2003, foram apoiados com patrocínio um total de 1.926 eventos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 4,3 milhões.

Os patrocínios culturais beneficiam principalmente as manifestações ocorridas nos municípios do interior, mais especificamente aqueles localizados no semi-árido. Incentivar os setores já organizados é a principal diretriz da Superintendência de Comunicação e Cultura do BNB.

6.3.2. Fundos Administrados

Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDECI

Desde 1971, com a criação do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI, o Banco do Nordeste vem apoiando a realização de pesquisas tecnológicas e a

difusão de seus resultados, ciente da importância de tais atividades para o desenvolvimento regional e para a sustentabilidade dos empreendimentos financiados.

A partir de 1995, o BNB deu um grande salto nesse processo com o lançamento de Avisos, conferindo maior visibilidade aos recursos alocados ao FUNDECI, tornando-o mais acessível às instituições de pesquisa de toda a Região. Já no ano 2000, todo o processo de encaminhamento de propostas ao Banco passou a ser via Internet.

O foco dos projetos apoiados pelo FUNDECI permanece sendo o desenvolvimento da Região e tem evoluído no sentido de incentivar a participação do setor produtivo e de todas as parcerias que otimizem a utilização dos recursos então disponíveis. Busca-se, assim, a valorização de pesquisas inovadoras, com alto teor tecnológico e que tenham reconhecida importância para o aproveitamento dos recursos regionais e o incremento de negócios.

Diante do cenário que se desenhou com a criação dos fundos setoriais, decidiu-se por uma maior concentração dos temas. Para a escolha desses temas, foram levados em consideração objetivos fundamentais do desenvolvimento regional, tendo por base questões ligadas ao fortalecimento do Semi-árido, à diversificação das áreas de monocultura, à elevação da disponibilidade e eficiência no uso dos recursos hídricos, ao maior aproveitamento das energias alternativas de fontes renováveis, ao incremento da aquicultura e da pesca, à preservação e recuperação do meio ambiente, ao desenvolvimento de produtos de alto conteúdo tecnológico e valor agregado, dentre outros.

Adicionalmente, foram utilizados indicadores, tais como as cadeias produtivas regionais, as atividades constantes dos Programas Estaduais de Exportação - PEE e o atendimento às necessidades locais suficientemente identificadas, inclusive com a participação de diferentes entidades desde Secretarias de Estado, Centros de Pesquisa da Embrapa até Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Como ficou estabelecido inicialmente, os recursos destinados pelo Banco ao FUNDECI são aprovados anualmente pela Diretoria. Esses recursos podiam ascender até ao montante de 5% do resultado líquido anual da instituição. Ademais, a estes recursos poderiam ser adicionados outros, tais como: contribuições e doações de terceiros (empresas públicas e privadas); recursos provenientes de convênios com outras instituições; recursos oriundos de retornos dos projetos de pesquisa já financiados pelo FUNDECI e outras fontes.

Nos últimos 10 anos, o aporte de recursos do Banco ao FUNDECI foi desvinculado dos resultados de balanço do Banco e passou a ser assumido por proposição do ETENE à Diretoria, para aprovação pela Assembléia Geral Ordinária (A.G.O.), com base na demanda e na capacidade efetiva de financiamento, conferindo assim maior estabilidade no apoio ao desenvolvimento tecnológico da Região por essa via.

Ao se analisar os objetivos do FUNDECI, pode-se perceber claramente dois intuitos que apontam a agudez de propósitos do Banco, ao criar o Fundo: a ênfase à aplicabilidade da pesquisa (inovação tecnológica) e à absorção de novas tecnologias (transferência tecnológica). De fato, isto se constata nos objetivos iniciais do FUNDECI:

- I) Pesquisas econômicas, agrônomicas e tecnológicas que apresentem interesse para o desenvolvimento agrícola e industrial do Nordeste;
- II) Formação e treinamento de pessoal técnico, em níveis de especialização e pós-graduação, em áreas de conhecimento relacionadas com o processo de desenvolvimento do Nordeste;
- III) Estímulo à elaboração de dissertações e teses sobre assuntos relacionados diretamente com os aspectos sócio-econômicos do Nordeste, por graduados de qualquer nacionalidade em

universidades brasileiras e estrangeiras, que se habilitem à obtenção do título de Ph.D ou equivalente;

IV) Absorção de conhecimentos técnico-científicos criados ou desenvolvidos no Brasil ou no Exterior, mediante a contratação de especialistas para atuarem nas áreas econômica, agrônômica e tecnológica.

Mais recentemente, ficou definida a participação conjunta do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e o BNB para apoio a projetos de interesse da Região, especialmente dirigidos à consolidação da RENORBIO – Rede Nordeste de Biotecnologia que irá funcionar como instrumento de apoio às ações do Instituto Nacional do Semi-Árido, recém-criado pelo Governo Federal.

Recursos Disponibilizados para o Ano de 2003

Para a seleção de projetos do FUNDECI em 2003, foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) oriundos da dotação de 2002 e de saldos remanescentes de exercícios anteriores da ordem de R\$ 1.421.592,51, totalizando R\$ 4.421.592,51.

Projetos Contratados e Recursos Aplicados

No exercício de 2003, foram aprovados pelo FUNDECI 95 projetos, contemplando valores da ordem de R\$ 3.256.397,73, valores estes distribuídos em todos os estados da Federação pertencentes à jurisdição do Banco, conforme Tabela 1. Os percentuais de participação por estado com relação aos recursos aplicados pelo FUNDECI no ano de 2003 podem ser observados no Gráfico 1.

Tabela 1. Projetos aprovados por estado e quantidade valores aplicados pelo FUNDECI no ano de 2003.

ESTADO	QUANTIDADE	VALOR - R\$ mil
Maranhão	1	36
Piauí	5	168
Ceará	18	608
Rio Grande do Norte	10	451
Paraíba	13	460
Pernambuco	6	201
Alagoas	5	167
Sergipe	10	304
Bahia	12	432
Minas Gerais	7	207
Espírito Santo	8	218
TOTAL	95	3.256.

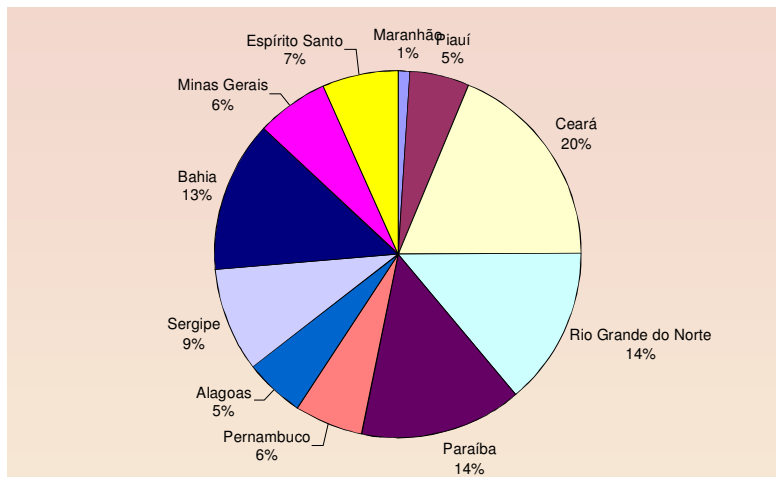


Gráfico 1. Percentuais de participação por estado com relação aos valores aplicados pelo FUNDECI no ano de 2003.

A distribuição dos recursos do FUNDECI, por tema, está demonstrada na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2. Distribuição de Recursos por tema

Tema	Quantidade	% por tema	Valor (R\$)
Agricultura	38	40,00	1.090.028,37
Agroindústria	13	13,68	366.822,63
Meio ambiente	10	10,53	339.096,23
Indústria	7	7,37	342.114,05
Biotechnology	7	7,37	386.674,53
Pecuária	5	5,26	193.182,29
Recursos hídricos	4	4,21	149.290,52
Energia	4	4,21	156.693,41
Aproveitamento dos Recursos Marítimos e Águas			
Interiores	3	3,16	90.522,00
Artesanato	2	2,11	85.463,40
Educação/sistema de Informação	1	1,05	12.156,00
Outros	1	1,05	44.354,00
TOTAL	95	100,00	3.256.397,43

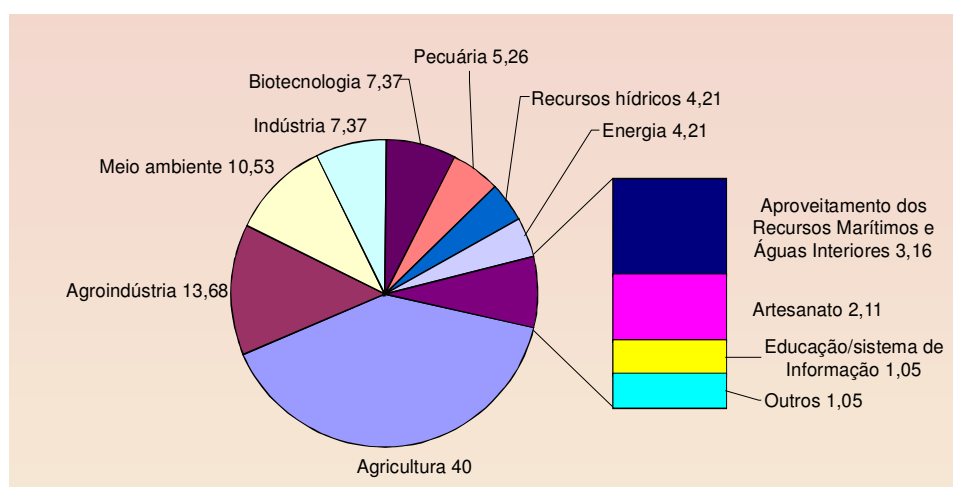


Gráfico 2. Percentuais de participação por tema com relação aos valores aplicados pelo FUNDECI no ano de 2003.

Atividades Relevantes

I) No ano de 2003 foram retomadas as vistorias técnico-financeiras para os projetos financiados pelo FUNDECI, visando aperfeiçoar o acompanhamento dos mesmos, compreendendo, entre outras ações, a análise dos relatórios técnicos e das prestações de contas, o andamento dos projetos e, ao mesmo tempo, a intensificação do relacionamento com as instituições parceiras. Até o momento foram realizadas visitas aos estados do Maranhão, Paraíba e Alagoas, totalizando 31 projetos vistoriados.

II) Dentro da filosofia de se monitorar de forma mais sistemática os projetos apoiados pelo FUNDECI, foram analisados tanto sob o ponto de vista técnico como nos aspectos financeiros cerca de noventa projetos, incluindo-se aí aqueles em andamento, os concluídos no exercício ou, ainda, projetos de anos anteriores que vinham se avolumando ao longo dos anos.

Como fruto desse acompanhamento sistemático, foram recolhidos à conta do FUNDECI R\$ 509.292,84 (quinhentos e nove mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos) provenientes de aplicações financeiras, recursos não aplicados ou aplicados indevidamente e devolvidos, assim, ao Banco pelas instituições conveniadas.

III) Elevação de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) dos recursos destinados ao FUNDECI;

IV) Destinação de 20% dos recursos do AVISO-ETENE FUNDECI- 01/2003, ou seja, R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) para projetos de difusão tecnológica;

V) Articulação com o MCT com fins de obter o aporte de três parcelas anuais cujo desembolso ocorrerá da seguinte forma: uma parcela de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos reais) no exercício de 2003, sendo R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para pesquisa e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) com vistas a dar suporte a RENORBIO e ao recém-criado Instituto do Semi-Árido, e duas parcelas de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) nos exercícios de 2004 e 2005, desde que seja aprovada a ação correspondente, prevista no PPA 2004 - 2007;

VI) A consulta direta aos Estados, institutos de pesquisa, universidades e ONGs integrantes da jurisdição do Banco no sentido de obter a explicitação mais imediata das demandas concernentes a ciência e tecnologia para o Aviso ETENE/FUNDECI/MCT/ 01/2003, definindo-se em anexos as demandas dos estados e da região semi-árida;

VII) Formatação junto com a Central de Informações e o Ambiente de Estratégias de Tecnologia do novo sistema de gerenciamento do banco de dados do FUNDECI.

Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste – FASE

O Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste – FASE foi instituído pela Resolução 3.666, de 21/02/1980. Este fundo conta com recursos aprovados, a cada ano, pela A.G.O, mediante proposta do ETENE à Diretoria e, embora, em sua criação, fossem previstos recursos provenientes de acordos e convênios de cooperação financeira firmados com entidades nacionais e internacionais, o Banco tem sido a sua única fonte.

De acordo com a Resolução 3.666, os objetivos do FASE são:

Realizar pesquisas em áreas de interesse do Banco e que não se enquadrem nos objetivos do FUNDECI;

Desenvolver atividades que visem a promoção e divulgação de oportunidades de investimento no Nordeste e a realização de campanhas para captação de incentivos fiscais;

Realização de simpósios, seminários e exposições relacionadas com atividades de interesse do Banco;

Edição e co-edição de obras técnicas, científicas ou culturais, bem como divulgação e promoção da distribuição dessas obras, desde que as mesmas estejam ligadas a áreas de interesse do Banco;

Promoção das exportações nordestinas; e

Assistência técnica e gerencial a pequenas e médias empresas da Região e a cooperativas de produtores.

Como se pode verificar, a função do FASE deveria, em essência, complementar o papel do FUNDECI, no sentido de que viesse a possibilitar, após a descoberta de alguma nova tecnologia, o apoio institucional, por intermédio de incentivos, para a implantação de novos empreendimentos. Além disso, como efetivamente tem acontecido, os recursos do FASE vêm dando suporte a estudos sobre o desenvolvimento regional bem como à realização de eventos (palestra, encontros, seminários, etc.) dentro dessa temática.

Recursos Disponibilizados para o Ano de 2003

Foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), correspondentes a um incremento de 100% do valor alocado no último exercício. Somado a esse valor, há recursos de saldos remanescentes de exercícios anteriores, da ordem de R\$ 1.563.166,85, totalizando R\$ 2.763.166,85.

Projetos Contratados e Recursos Aplicados

Os projetos aprovados com recursos do FASE estão descritos na Tabela 3.

Tabela 3.
Projetos aprovados por área de ação, nome da pesquisa e valores aplicados pelo FASE no ano de 2003.

Área de ação	Nome da Pesquisa	Valor (R\$)
Ceará	INSTITUTO PALMAS - Plano Local de Investimento Estratégico	16.400,00
Ceará	CENTRO SOCORRO ABREU DE DESENVOLVIMENTO POPULAR E APOIO À MULHER - Seminário Trabalho e Empreendedorismo – Causa de Mulher	3.310,00
Minas Gerais	SOBER - XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural	5.000,00
Pernambuco	IPSA - Pesquisa de Mercado para Avaliação do Crediamigo	15.939,00
Nordeste	FCPC - Finanças Públicas - Indicadores de Desempenho dos Maiores e Melhores da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo	105.000,00
Nordeste	Termo de Parceria Banco do Nordeste/BID/FUMIN - INSOFT - Programa de Reforço das Capacidades dos Empresários e Modernização da Gestão Empresarial no Nordeste do Brasil	91.350,00
Nordeste	Termo de Parceria BNB/BID/FUMIN - IEL BAHIA- Programa de Reforço das Capacidades dos Empresários e Modernização da Gestão Empresarial no Nordeste do Brasil	105.674,29
TOTAL	7 projetos	342.673,29

Siglas:

CONDEPE - Instituto de Planejamento de Pernambuco

FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco
FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura
FIEPE - Federação das Indústrias de Pernambuco
IEL BAHIA - Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Bahia
INSOFT - Instituto do Software do Ceará
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S. A.
SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Para o presente exercício, existem cerca de 14 projetos em análise com recursos provisionados, no montante de R\$ 797.894,82. A listagem dos projetos citados encontra-se no Apêndice II.

Atividades Relevantes

I) Do valor provisionado para o programa FUMIN - Fundo Multilateral de Investimentos, R\$ 1.800.000,00, referentes às dotações orçamentárias 2001, 2002 e 2003, foram aplicados até o corrente ano R\$ 197.024,29. Este programa é diretamente acompanhado pela área de Atração de Investimentos e visa reforçar as competências de empresários e modernização da gestão empresarial no Nordeste do Brasil, sendo objeto do convênio de cooperação técnica não reembolsável nº ATN/ME-7426-BR, celebrado entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR

O Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR (diferentemente do FUNDECI e do FASE, instituídos por iniciativa do Banco) foi criado por Decreto Federal, DF-94.386, de 28/02/1987, com o objetivo de:

I) Apoiar programas e projetos visando prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefício para as populações mais carentes, localizadas na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; e

II) Financiar atividades ou programas específicos, voltados ao fomento da economia do Nordeste.

Os recursos do FDR podem ser oriundos de doações feitas pelo BNB; de dotações orçamentárias da União; de subvenções; de doações ou financiamentos concedidos por outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e de eventuais retornos e resultados das operações do próprio FDR.

A aplicação dos recursos deste fundo pode ser realizada mediante contratos de empréstimos ou de assistência. Os gastos com contrato de assistência poderão ser feitos a fundo perdido, quando o interesse social assim o recomendar.

Da mesma forma que o FUNDECI e o FASE, o Banco tem sido praticamente a única fonte de recursos do FDR. Os valores são definidos a cada ano, por proposta do ETENE à Diretoria, a ser referendada pela Assembléia Geral Ordinária do Banco.

Recursos Disponibilizados para o Ano de 2003

Foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Somado a esse valor, há recursos de saldos remanescentes de exercícios anteriores da ordem de R\$ 707.998,14, totalizando R\$ 1.307.998,14.

Projetos Contratados e Recursos Aplicados

Os projetos aprovados com recursos do FDR estão descritos na Tabela 4.

Tabela 4. Projetos aprovados por área de ação, nome da pesquisa e valores aplicados pelo FDR no ano de 2003.

Área de ação	Nome da Pesquisa	Valor (R\$)
Nordeste	IPT - Projeto Unidades Móveis – Prumo Nordeste - FASE 02	90.000,00
Nordeste	ACEP - Montagem de um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para a Região Nordeste	150.000,00
TOTAL	2 projetos	240.000,00

Siglas:

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S. A.

ACEP – Associação Cearense de Estudos e Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis.

Tendo em vista a importância de oferecer suporte técnico-financeiro a iniciativas de caráter desenvolvimentista voltadas para a agricultura familiar e à difusão de tecnologias para o Semi-Árido, foi destinada a quantia de R\$ 813.327,79 de recursos provisionados para 24 projetos que estão em análise.

Atividades Relevantes

I) Estudos publicados com Recursos do FDR:

- Alternativas de Desenvolvimento para o Nordeste Semi-Árido
- Padrões de Crescimento e Mudanças Espaciais no Nordeste
- Expansão e Perspectivas do Agronegócio no Nordeste
- O Nordeste frente à Área de Livre Comércio das Américas

II) Obedecendo ao intuito de monitorar de forma mais sistemática os projetos apoiados, foram recolhidos à conta do FDR R\$ 441.519,97 advindos de aplicações financeiras, recursos não-aplicados ou aplicados indevidamente e devolvidos pelas instituições conveniadas.

7. PROCESSOS DE CONTROLE

7.1. Processos de Controle Parlamentar

Atuação do TCU - Recomendações **implementadas** no exercício.

Unidade Gestora	Documento/ Data	Recomendação
Banco do Nordeste	Ofício nº 459/2003 – 1º DT – SECEX/CE de 13/06/2003	Diligência processo TC 012.253/2000-8 - Prestação de Contas do Banco do Nordeste – exercício 1999 - informações sobre aplicação de receitas auferidas do FINOR.
Banco do Nordeste	Ofício 1132/2003 de 05/08/2003	Diligência processo TC 012.083/1997-6 – Informações sobre pagamentos de quilometragem dos funcionários Jânio de Sousa Vieira e Mário César Gentil, em 1997.
Banco do Nordeste	Ofício nº 354/2003-Secex/SE de 05/08/2003	Diligência encaminhada ao Ministério da Fazenda, processo TC 012.921/2003-7 - informações acerca das providências adotadas para a apuração e/ou solução das impropriedades/irregularidades detectadas na execução de Programas Federais, celebrados entre o referido Ministério e o município de Cumbe/SE.
Banco do Nordeste	Ofício nº 1.726-SGS-TCU de 20/08/2003 Acórdão 1199/2003	Decisão processo TC 005.847/2003-8 - prever, em seus regulamentos, a exigência da prévia inscrição das empresas pleiteantes no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA, quando da análise para concessão do crédito.
Banco do Nordeste	Ofício nº 1117/2003-TCU/Secex-CE de 10/11/2003	Diligência processo TC 006.117/2003-5 - Informações referentes as operações contratadas com a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda (COPABA).

Banco do Nordeste	Ofício nº 0546/2003 de 18/06/2003 Acórdão 576/2003	Julgamento dos Embargos de Declaração atinente ao processo TC 008.315/2001-4, apostos pelo Banco contra o Acórdão 55/2003, rejeitando os referidos embargos e mantendo a determinação anterior. ⁽¹⁾
Banco do Nordeste	Ofício nº 0298/2003 – TCU-SECEX/PB de 14/05/2003 Acórdão 445/2003	Julgamento de Pedido de Reexame interposto contra a decisão nº 486/2002, proferida no processo TC nº 016.209/2001-6 – Representação da Secex/PB, que trata de contratação de assessores no Crediamigo da Paraíba, para negar-lhe provimento. ⁽²⁾
Banco do Nordeste	Ofício nº 2831-SGS-TCU de 10/12/2003 Acórdão 1895/2003	Julgamento de Embargos de Declaração apostos pelo Banco contra os termos do Acórdão 445/2003, que negou provimento ao pedido de reexame, objetivando a reforma da decisão nº 486/2002, referente ao processo TC 016.209/2001-6 – Representação da Secex/PB, acolhendo-o parcialmente, e determinando ao Banco que restrinja os casos de dispensa de licitação às hipóteses previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93.
Banco do Nordeste	Ofício 1300-SGS – TCU de 02/07/2003 Acórdão 812/2003	Decisão do processo TCU 007.454/2001-3 referente a denúncia de irregularidades na Assoc. dos Moradores de Cumbique, determinado ao Banco que: 1. Nas futuras operações de financiamento destinadas a projetos de assentamento similares ao de Cumbique/MA, que leve em consideração as medidas propostas no Relatório de Avaliação realizado em conjunto com o Incra e a Gerência de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Maranhão; 2. Estabeleça, previamente, a devida articulação com esses órgãos mencionados acima, de modo a garantir a viabilidade econômica do empreendimento e minimizar os riscos de inadimplências futuras.
Banco do Nordeste	Ofício nº 1084/2003-TCU-SECEX-CE, de 21/10/2003 Acórdão 1.496/2003	Decisão processo TC-008.260/1999- Prestação de Contas do Banco do Nordeste - exercício 1998, determinando: 1. com fundamento no artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o artigo 45, caput, da Lei nº 8.443/92, assinar prazo de 30 dias para que o presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A adote as providências necessárias com vistas ao exato cumprimento do disposto no inciso VII do artigo 6º do Decreto-Lei nº 2.355/87, sustando de imediato a despesa relativa ao auxílio residência funcional concedido a alguns empregados da instituição por meio de direito de uso de imóveis residenciais, mediante locação a terceiros, observado o direito ao benefício daqueles que já o recebiam até 27/08/87. 2. inclua, nas futuras prestações de contas a serem encaminhadas ao Tribunal de Contas da União, demonstrativos com especificação dos gastos realizados com os recursos auferidos com fundamento nos incisos I, II e III, do art. 20 da Lei nº 8.167/91 e os incisos I, II e III, do art. 24 do Decreto nº 101/91
Banco do Nordeste	Ofício nº 2.612 SGS-TCU de 03/12/2003 Acórdão 1852/2003	Decisão processo TC 018.166/2002-4 - auditoria no Prodetur, determinando ao Banco que: • Estabeleça nos contratos de subempréstimo, o compromisso de o submutuário garantir a operação e manutenção dos objetos do financiamento;
Banco do Nordeste	Ofício 1260/2003 TCU Secex-CE de 15/12/2003 Acórdão 2986/2003	Decisão processo TC 012.919/2003-9 - auditoria realizada na área de Mapeamento e Análise de Risco, determinando ao Banco que: 1. Adote medidas visando à rescisão das avenças celebradas que tiveram como fim o fornecimento de profissionais para a execução de suas atividades finalísticas, utilizando nessas atividades somente seu corpo funcional admitido mediante concurso público; 2. Que nas próximas prestações de contas anuais informe em tópico específico: 2.1. Informações sobre cronograma de implantação, por parte do Ambiente de Controle Interno, da verificação de conformidade nas diversas áreas do Banco; 2.2. Informações sobre as medidas adotadas visando à estruturação da Área de Controladoria do Banco. 3. Que nas próximas prestações de contas anuais informe em tópico específico dados sobre a Área de Pessoal, incluindo: 3.1. saldo, movimentação, treinamentos, aposentadorias no ano, concursos realizados, saldo de reserva (cargos existentes e ainda não preenchidos); 3.2. Informações quanto a aprovação do Plano de Cargos e Salários pelo DEST; 3.3. Quadro detalhando os principais itens das questões trabalhistas, bem como das questões previdenciárias, indicando os montantes envolvidos, e comentários da área sobre as ações desenvolvidas;

Atuação do TCU – Recomendações **não implementadas** no exercício.

Unidade Gestora	Documento/ Data	Recomendação
Banco do Nordeste	Ofício Gab-2003/Semag de 06/02/2003	Decisão processo TC 011.034/1997-1 - Tomada de Contas Especial do INSS, julgando irregulares as aludidas contas, e notificando o Banco a comprovar perante o Tribunal, o recolhimento aos cofres do INSS das importâncias a seguir discriminadas,

	Acórdão 445/2002	<p>atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculadas a contar das respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente.</p> <table> <tr> <td>Valor original do débito (Cr\$)</td> <td>Data da ocorrência</td> </tr> <tr> <td>213.944.791,24</td> <td>10.12.91</td> </tr> <tr> <td>15.489,26</td> <td>30.12.91 ⁽³⁾</td> </tr> </table>	Valor original do débito (Cr\$)	Data da ocorrência	213.944.791,24	10.12.91	15.489,26	30.12.91 ⁽³⁾
Valor original do débito (Cr\$)	Data da ocorrência							
213.944.791,24	10.12.91							
15.489,26	30.12.91 ⁽³⁾							
Banco do Nordeste	<p>Publicado no D.O.U de 09/05/2003</p> <p>Acórdão 414/2003</p>	<p>Julgamento do Embargo de Declaração aposto pelo Banco ao Acórdão 445/2003, do processo 011.034/1997-1 referente a Tomada de Contas Especial do INSS, e decidiu negar-lhe provimento.⁽⁴⁾</p>						
Banco do Nordeste	<p>Ofício 0134/2003 de 20/02/2003</p> <p>Acórdão 55/2003</p>	<p>Decisão do processo TC 008.315/2001-4, decorrente de auditoria para encargos das operações de crédito rural, determinando ao Banco que:</p> <ol style="list-style-type: none"> regularize as operações realizadas a partir de 01/01/93, independente da fonte de recursos, cujos encargos financeiros, inclusive os juros moratórios, tenham sido fixados em termos de taxas proporcionais com base no ano comercial, e não no ano civil, resultando em cobranças de encargos maiores que os juros efetivos para o período, bem como promova os acertos financeiros daí decorrentes, devolvendo aos respectivos mutuários os valores que lhes tenham sido indevidamente cobrados; proceda à correção das formulas nº 48 e 49, referentes ao cálculo dos encargos financeiros das operações de crédito (juros e Del credere), passando as mesmas a terem as seguintes formulações: Fórmula 48 → $J \text{ e/ou } DC = \left\{ \left[\frac{N}{P} + I \right] \times \left[(1+T)^{(p/f)} - 1 \right] \right\} \times G$ Fórmula 49 → $J \text{ e/ou } DC = \left\{ \left[\frac{N}{P} + I \right] \times \left[(1+T)^{(p/f)} - 1 \right] + (B \times K) \right\} \times G$ informe ao Tribunal, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, no prazo de trinta dias a contar da ciência da decisão o plano de trabalho elaborado pelo Banco com vistas ao atendimento das determinações supra, detalhando as providências que serão adotadas para a correção das impropriedades verificadas, fazendo-se acompanhar de documentação comprobatória e indicando o seu respectivo cronograma de execução.⁽⁵⁾ 						
Banco do Nordeste	<p>Ofício nº 2.612 SGS-TCU de 03/12/2003</p> <p>Acórdão 1852/2003</p>	<p>Decisão processo TC 018.166/2002-4 - auditoria no Prodetur, determinando ao Banco que:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolva instrumento eficaz para aferir os resultados socioeconômicos do Prodetur/NE II, a exemplo das contas satélites do turismo (CST) para a Região Nordeste; Institua os indicadores de desempenho, detalhados no referido Acórdão, destinados ao acompanhamento e avaliação do Prodetur/NE II; Adote providências para aperfeiçoar a análise da viabilidade socioeconômica dos projetos, em especial daqueles cuja operação dependa de intervenção futura de outros entes-públicos governamentais; Promova alterações, conforme detalhado no acórdão, nos regulamentos dos conselhos de turismo, com vigência a partir do segundo mandato desses colegiados; Negocie com o BID a remissão da comissão do crédito do contrato de empréstimo 1392/OC-BR enquanto não implementadas as condições de elegibilidade pelos estados partícipes do Prodetur/NE II; Dissemine algumas boas práticas, detalhadas no acórdão, identificadas nos conselhos de turismo da Costa das Dunas/RN e de Salvador e Entorno/BA aos demais conselhos; Encaminhe cópia do Acórdão, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, e do relatório de auditoria, aos conselheiros dos pólos de turismo integrantes do Prodetur NE II; Remetam ao TCU, no prazo de 60 dias, plano de ação, contendo os indicadores de desempenho, detalhados no acórdão, contemplando prazo para implementação desses indicadores, e o programa de adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações como nome dos responsáveis pela adoção dessas medidas; Estabeleçam um grupo de contato de auditoria, com a participação da Central Operacional de Projetos de Infra-Estrutura e de Fortalecimento Institucional, do Escritório Técnico de 						

		<p>Estudos Econômicos do Nordeste e da Superintendência de Auditoria, do Banco do Nordeste e da Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, para atuar como canal de comunicação com este Tribunal e para acompanhar a implementação das recomendações desta Corte de Contas e a evolução dos indicadores de desempenho; e ⁽⁶⁾</p> <p>Recomendando adotar providências para integrar as ações do Prodetur/NE II com outros programas de ações do Governo Federal com potencial a reforçar o desempenho do programa.</p>
--	--	---

⇒ **Justificativas/Motivações:**

- (1) Apresentado Pedido de Reexame, com efeito suspensivo da decisão, que está em apreciação.
- (2) Apresentados Embargos de Declaração julgados em 10/12/2003.
- (3) Apresentados Embargos de Declaração julgados em 30/04/2003.
- (4) Apresentado Recurso de Reconsideração, com efeito suspensivo da decisão, que está em apreciação.
- (5) Apresentados Embargos de Declaração julgados em 28/05/2003.
- (6) Solicitada prorrogação de prazo ao TCU.

7.2. Processos de Controles Internos

Recomendações da CGU **Implementadas** no Exercício

Unidade Gestora	Documento/ Data	Recomendação
Banco do Nordeste	Relatório de Auditoria nº 135272 Item 4.1.2.2	<p>Não atendimento às Determinações do Tribunal de Contas da União.</p> <p>a) Ofício nº 281/2003-1ª DT, de 10/04/2003, que encaminhou cópia do Acórdão nº 511/2003, atinente ao pedido de reexame, relativo ao processo nº TC 001.767/2001-0, sobre representação da DRT/RN, interposto pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB;</p> <p>b) Ofício nº 298/2003, de 14/05/2003, que comunicou o julgamento do pedido de reexame interposto pelo Banco no Processo nº 016.209/2001-6 referente ao relatório de auditoria no Crediamigo no Estado da Paraíba;</p> <p>c) Ofício nº 0565/2003 - 1ª DT - SECEX/CE, de 24/06/2003, comunicou apreciação do Pedido de Reexame interposto no processo nº 929.282/1998-1, pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, contra a Decisão nº 99/2001 - processo de Auditoria Operacional realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE - Acórdão nº 622/2003-TCU - determinou que o BNB direcionasse os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE para as pequenas empresas, promovesse os regulares processos de cobrança judicial dos créditos inadimplidos dentro dos prazos previstos, e se abstinhasse de promover renegociações de dívidas em desconformidade com os permissivos legais pertinentes, cumprisse com rigor as normas do Conselho Monetário Nacional (quanto ao provisionamento de crédito de liquidação duvidosa) e evitasse conceder créditos a empresas consideradas de risco fora dos limites de comprometimento máximo do grupo estabelecido pelo BACEN e pelas normas internas do BNB;</p>
Banco do Nordeste	Relatório de Auditoria nº 135272 Item 4.1.5.11	<p>Não atendimento às recomendações da CGU/CE que trata do pagamento elevado de multas no exercício de 2002. No exercício de 2002 o montante pago a título de multas de quaisquer espécies alcançou o importe de R\$ 1.100.316,99. No período de janeiro a setembro de 2003 foram pagas multas no importe de R\$ 1.031.315,99. Em que pese o valor de R\$ 746.263,85 referir-se a exercícios anteriores, consideramos que as multas decorrem de</p>

		falhas que não se coadunam com as medidas implementadas pelo Banco, notadamente a criação do Ambiente de Controles Internos, devendo esta Instituição Financeira ser intolerante com tais gastos, apurando, inclusive, a responsabilidade de quem tiver dado causa.
Banco do Nordeste	Relatório de Auditoria nº 135272 Item 4.1.5.7 e 4.1.5.8	Não atendimento às recomendações da CGU/CE - elevada inadimplência das operações de crédito. Recomendamos que o Banco prossiga no caminho de aprimorar sua sistemática de concessão e de recuperação dos créditos.

8. CONCLUSÃO

Com estas informações e atendendo ao requerido pelas normas vigentes, formalizamos o Relatório de Gestão do Banco do Nordeste referente ao exercício de 2003, com a certeza de termos atendido aos princípios que norteiam a boa gestão de recursos públicos e de termos contribuído significativamente para cumprir os objetivos de governo visando ao desenvolvimento nacional equilibrado.

Fortaleza – CE, 12 março de 2004

Roberto Smith
Presidente